

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

683

O SR. PRESIDENTE — Há requerimento de adiantamento que depende de número para votação.

Discussão única do Projeto número 4.775-D, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 como auxílio à Província Carmelitana Fluminense, sociedade civil, religiosa, de beneficência, educação e assistência social; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, com substitutivo, e da Comissão de Finanças, favorável ao referido substitutivo.

Autor: Sr. Vasco Filho. Relatores: Srs. Yukishigue Tamura e Jayme Araújo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA * — Senhor Presidente, Srs. Deputados, volta o entusiasmo às cidades do nosso País, cuja população clama pelo respeito à legalidade, clama por que sejam obedecidas e aplicadas os postulados constitucionais, clama pela posse mansa e pacífica do Presidente da República, que deve chegar, segundo se cre, dentro em breve ao Brasil. Se vai desembarcar no Recife, não sei; em Belém, também não sei; numa das Guianas, também não sei; no Uruguai, ninguém sabe, muito menos eu; no seu Rio Grande do Sul, onde todas as forças políticas estão unidas a esta hora pugnando pelo respeito à Constituição da República, também não sei. Mas a Nação, que se revitaliza, que cheia de pundonor vibra sacudida, agitada que foi saindo do marasmo, da apatia em que se encontrava, ela, que pensa, trabalha, que tem vontade, está alerta e pede simplesmente ao Sr. Presidente da República, João Goulart, que volte de-

pressa para enfrentar a situação e tomar posse no cargo para o qual foi eleito.

O Sr. Bezerra Leite — Sr. Deputado Aurélio Vianna, louvo a conduta de V. Exa., que em sessões continuas nesta Casa está em perfeita vigilância, advertindo a Nação dos perigos de um atentado à Constituição brasileira. Nós representantes do povo aqui, em Brasília, temos de ficar nesta vigília cívica, em defesa da legalidade, em defesa da democracia, em defesa da Carta Magna. Neste momento, o Congresso, em vez de estar apático e distante da realidade, devia solicitar, através das suas Mesas, declaração formal e clara dos Poderes constituídos, para tranquilizar e assegurar que serão fielmente cumpridos os postulados da sua Constituição.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Deputado Bezerra Leite, os Deputados federais presentes estão preocupados, mas não acovardados com os acontecimentos que se sucedem vertiginosamente em nosso País (*Muito bem*).

O Sr. Bezerra Leite — Apenas disse que estavam apáticos não amedrontados.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não confirmei que V. Exa. fizera tal afirmação, porque todos reconhecemos que V. Exa., como tantos outros que aqui se encontram, é um homem de fibra, acostumado às lutas. Defende suas convicções com o destemor de todos conhecido.

Sr. Presidente, estou apenas argumentando, como observador, como estudioso da psicologia aplicada. É algo que vem entusiasmando através dos anos, o caráter bem brasileiro da nossa gente, dessa raça em formação, ainda miscigenada, que nos maiores perigos, como que desconhece o medo. Há um dito muito interessante na minha terra, lá na pequenina Alagoas, nas Alagoas de Florianópolis, de Deodoro, de Graciliano Ramos, de Artur Ramos, dos poetas e dos soldados:

* Não foi revisto pelo orador.

Alagoano covarde nasceu morto; brasileiro covarde nasceu morto. O covarde é um anormal. Se alguém que pensa estamos acovardados aqui chegasse hoje, sentiria uma surpresa tremenda: os deputados ouvem, os deputados falam, os deputados conversam, os deputados riem, e neste ambiente sentem o peso da responsabilidade e o perigo iminente.

O Sr. Eloy Dutra — A V. Exa. parlamentar que sempre interpreta com justeza todas as notícias e acontecimentos e fatos políticos, mormente num momento de crise como este, gostaria de submeter esta pequena manchete da Tribuna da Imprensa, desde que está anunciada a chegada ao Brasil nesta madrugada do Presidente João Goulart: "Mazzilli anuncia um ministério de coalisão". Como interpreta V. Exa. isto?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado, outros poderiam responder por mim. À tarde trazia eu para esta Casa as informações sobre a constituição do novel Ministério. Falava-se no nome do nosso prezado companheiro Armando Monteiro, que seria posteriormente substituído pelo não menos honrado companheiro Etelvino Lins, para a Pasta da Justiça; no nome de Gabriel Passos, que iria substituir o Deputado João Agripino na Pasta de Minas e Energia. Allás, no Governo do Sr. João Goulart, se eu pudesse opinar, indicaria prazerosamente esse nome e acredito teria o apoio unânime desta Casa. Ministros Militares, os mesmos. Ministro da Fazenda, o Sr. Clemente Mariani, ligadíssimo ao Governador do Estado da Guanabara. Ministério do Trabalho — falou-se muito no nome do Sr. Argemiro Figueiredo, trabalhista da Paraíba. Educação ou Cultura, duas ou três interações. Saúde, uma interação. Viação e Obras Públicas, o nosso companheiro, ex-Ministro também da Viação e Obras Públicas. Maurício Joppert, Ministro do Comércio e Indústria, substituindo

o Sr. Bernardes Filho, filho do velho Bernardes, nacionalista, o Senhor Ulisses Guimarães.

Finalmente, Ministro das Relações, um ex-colega que declarou desta tribuna, que, na Organização das Nações Unidas iria realizar toda a política do ex-Presidente da República, o nosso Professor San Tiago Dantas.

O Sr. Bezerra Leite — Eu queria esclarecer a V. Exa. e à Casa que não foi feito nenhum convite ao Professor San Tiago Dantas para o Ministério, e que, se o convite tivesse sido feito S. Exa. teria recusado.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não duvido. Apenas estou comunicando.

O Sr. Gabriel Gonçalves — Quero trazer a V. Exa. a palavra oficial do Embaixador San Tiago Dantas, que me autorizou comunicasse à Casa que não recebeu nenhum convite para fazer parte do futuro Ministério.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Os nobres Deputados verificam, pelos apartes que acabamos de receber, que realmente corria a notícia, com toros de verdade. De tal modo que mereceu uma contradita do Embaixador, Professor San Tiago Dantas.

Quanto aos outros nomes citados parece que há unanimidade no reconhecimento de que os convites foram feitos. Posso dizer que o Deputado Gabriel Passos foi convidado, porque ele me disse, a mim e ao Deputado Barbosa Lima Sobrinho, sem pedir segredo, e não havia mesmo motivo para isto. Declarou-nos ainda que não havia dado resposta definitiva, mesmo porque defende a tese — e não era de se esperar outra atitude do Deputado Gabriel Passos — de que a Presidência da República deve ser ocupada pelo Sr. João Goulart.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizíamos que os manipuladores de fórmulas altas, os alquimistas (ri-so) modernos, estão tentando encontrar um filtro maravilhoso, al-

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

685

terando, se possível a Constituição da República, através de emissários que, se já não partiram estão partindo para a Europa, a fim de conseguir não volte o Presidente da República ao Brasil dentro de 30 dias. Seria uma renúncia por ausência. Ou, então, que apresente a sua própria renúncia, dando a entender à Nação que não reconhece mais o direito legítimo de ocupar a Presidência na forma prevista pela Constituição da República. Estamos num país em que o direito da força sobrepuja a força do direito.

O Sr. Arthur Virgílio — Devo esclarecer a V. Exa. e à Casa que não há nenhum elemento do PTB indicado para ir ao encontro do Presidente da República a fim de adiar o seu regresso ao Brasil. Cogita-se, sim, do envio de alguns companheiros para expor a S. Exa. o que está ocorrendo neste País, infelizmente, sob um estado do fato, já com o golpe nas ruas, já sem a proteção da Constituição, já vivendo um verdadeiro drama das destituições. Mas posso assegurar que o nosso silêncio até agora não foi em absoluto pelo receio aos tanques que já andam pelas ruas, não foi em absoluto pelo temor de que se dê a etapa final do golpe às instituições, fechando esta Casa. Procuramos, por todos os meios legítimos, por todos os contatos políticos indicados, demonstrando o amor que temos à legalidade, e repetidas vezes até positivados, contornar a crise, chamar à razão aqueles que estão envergonhando o país perante o mundo, igualando-nos a qualquer dessas republiquetas onde se muda um Presidente da República ao bel-prazer de qualquer major ou capitão das forças armadas. A Casa irá ouvir, hoje certamente, o pronunciamento oficial do Líder do PTB. Posso assegurar a V. Exa., Deputado Aurélio Vianna, que os alquimistas a que Vossa Excelência se referiu, os farmacêuticos das fórmulas inconstitucionais, não vão encontrar terreno fácil para fazerem vencer o seu

atentado à legalidade a ordem democrática, a soberania popular. Posso garantir a Vossa Excelência, Deputado Aurélio Vianna, que eu, pelo menos, pretendo sair desta Casa de cabeça erguida, pretendo sair desta Casa honrando meu passado, ainda curto, mas digno de vida pública, do meu Estado e do meu país. Ninguém, absolutamente ninguém, força alguma nesta nação, por mais poderosa que seja, impedirá eu ocupe a tribuna que V. Exa. está honrando neste momento, para a partir de amanhã, denunciar ao país, denunciar ao povo essa trama, esse crime que se pretende perpetrar contra as instituições democráticas. No momento Vossa Excelência está só, com a bravura cívica, que tanto admiramos, nesta jornada e nesta campanha. Mas fique V. Exa. certo e seguro de que, em breve, outros companheiros estarão ao seu lado com essa disposição de fazer valer o que estabelece a Constituição, com essa determinação de não se intimidar seja a propósito do que for, com essa determinação de forçar inclusive que caia a máscara desses homens que se estão revelando não só inimigo da nossa Pátria, rebaixando-a, degradando-a politicamente no conceito da política mundial. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Presidente, Srs. Deputados, posso afirmar, pelas notícias que venho recebendo de diversos Estados do Brasil, é que um movimento de opinião admirável. Do operário ao estudante, do homem de mãos calejadas ao intelectual, do praça-de-pré ao sargento, do sargento ao oficial, nas milícias das províncias, nas guardas-civis das cidades, todos comentam e todos falam num livreto que muitas vezes passa anos guardado nas bibliotecas.

Por intuição até mais do que por compreensão, os homens da fábrica, os trabalhadores falam na Constituição e na necessidade da sua defesa. Por isso dizíamos, que

a nação está sacudida. Felizmente a concepção da maioria das nossas forças Armadas é democrática. Não temos no Brasil casta militar, na conceituação germânica do termo. Não há prussianismo neste País. A grande porção dos soldados brasileiros é composta de filhos do povo, de homens comuns que tem horror ao derramamento do sangue, principalmente dos seus próprios irmãos. Ainda espero uma espécie de milagre, um entendimento, uma compreensão, aproveitando-se esta grande oportunidade que surge no Brasil, agora em que todos querem e clamam pela legalidade democrática, pelo respeito incontestante à Constituição da República, pela posse dos eleitos do povo, tesc que o Marechal Lott defendeu, que defendeu Zenóbio da Costa, que defendeu Odillo Denys, naquela madrugada impressionante que nos deu o 11 de novembro. Todos nós, políticos paisanos, esperamos o grande milagre do congraçamento dos civis com os militares na defesa das instituições republicanas e democráticas, colocando este País na posição em que ele deve estar...

O Sr. Tristão da Cunha — Vossa Excelência me dá licença para um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... subordinado a nenhum povo, subordinado a nenhuma outra nação, independente sim, lutando para a harmonia de todos, para a paz e para o progresso e o desenvolvimento.

Tem o aparte, nobre Deputado.

O Sr. Tristão da Cunha — Meu nobre colega, desde a proclamação da República não houve democracia no Brasil. Durante quarenta anos vivemos num regime de oligarquia em que não houve eleições. Os grandes resolviam o problema político do Brasil. De 1930 para cá, é uma sucessão de hiatos constitucionais constantes. Isso prova que o regime não pode funcionar. E isso nós, parlamentaristas, vimos dizendo sempre. Não recrimino as

intervenções militares porque elas é que nos têm salvo da anarquia. Essa intervenções vêm, a contragosto do Exército, nos momentos oportunos, para livrar o País da desordem. Isso não é regime. Temos de mudar as instituições, se não teremos de cair não sei onde, porque vamos, de queda em queda, há 70 anos, sem saber o destino que nos aguarda.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Vossa Excelência, velho parlamentarista, é uma contradição viva e explícita porque muitas e muitas vezes a emenda parlamentar tem sido vetada pela cúpula das Forças Armadas. V. Exa., como parlamentarista, deveria entender — e quero esclarecer não ser este o seu pensamento — que é pela ditadura. Se V. Exa., no seu aparte...

O Sr. Tristão da Cunha — Não sou pela ditadura. Ninguém é mais democrata do que eu.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... quis dizer que presidencialismo não é democracia e a democracia é o sistema de governo parlamentar, teria sido mais claro, teria sido mais consequente. Mas V. Exa., Deputado Tristão da Cunha, velho batalhador democrático, V. Exa., que vem pregando o parlamentarismo dia e dia, que não viu ainda o sucesso de sua causa que, ao lado de Pilla, o velho Pilla, o honesto Pilla, o digno Raul Pilla, vem trabalhando pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas, através do sistema de governo parlamentar, V. Exa. profere aparte que nos conduz à perplexidade. Nobre Deputado, aperfeiçoar as instituições democráticas, sim; aniquilá-las jamais; No passado, um homem que defendia as mesmas teses, ou teses semelhantes às que V. Exa. defende, não deste microfone no momento, Libero Badaro, crivado de balas, caída nas ruas de São Paulo, atrou os ares políticos do Brasil com uma frase impressionante: "Aqui morre um liberal, mas não morre a liberdade". Pretendia ouvir de V. Exa. palavras

que tais: Nós, civis, devemos unir-nos aos civis fardados e estes a nós, para o aperfeiçoamento das instituições democráticas, para o desenvolvimento econômico do nosso País, sem a divisão do Brasil em castas estanques, braço a braço, mão a mão, porque isto é nosso, de todos, sem distinção. Nem de longe eu aceito a tese de que uma intervenção armada para destruição do regime democrático é benéfica.

O Sr. Tristão da Cunha — Se houvesse regime democrático no Brasil, mas não há. E não darei um passo para defender este regime, que deixa o povo na miséria e que está condenado na opinião pública.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Vossa Excelência diz, Sr. Deputado, que não há democracia no Brasil. Não houve, quando V. Exa. foi eleito Deputado federal? Por que aceitou a sua investidura? Que está fazendo nesta Casa? Pregando a ditadura.

O Sr. Tristão da Cunha — Pregando a democracia, na única forma possível, que é o regime parlamentar.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Pregando a inimizade entre irmãos, quando nós aqui, tentamos conchamar os civis a se unirem aos militares e os militares aos civis, na defesa das instituições vigentes, no aperfeiçoamento do regime democrático, em vez de, um Deputado do Partido Republicano de Bernardes, vir defender uma tese estranha, esdrúxula, superada, uma tese fatal, uma tese repulsiva, quando, a nosso ver, deveria dirigir-se aos militares para lhes dizer: estamos prontos para trabalhar pela sobrevivência das instituições democráticas. Desejariamos contar com seu apoio para isto, e então, vem uma voz estranha para, estranhamente, proclamar as deficiências do regime e as virtudes de quê?

O Sr. Tristão da Cunha — É uma farsa democrática aquela em que vivemos.

O SR. AURÉLIO VIANA — Homem nobre, probo, honesto, digno, o Marechal Dutra declarou numa das suas mensagens à Câmara dos Deputados: "Governei com os partidos democráticos. Respeitei a vontade do povo, desejei o aperfeiçoamento das instituições democráticas". Um militar dando o exemplo aos civis do quanto se pode fazer para o bem comum, para o desenvolvimento das instituições democráticas.

O SR. PRESIDENTE — (*Breno da Silveira, 3.º Secretário*) — o tempo de V. Exa., nobre orador, está esgotado. V. Exa. disporá dos 15 minutos de prorrogação, a partir deste instante.

O Sr. Milton Reis — Parece que os céus nublados da Pátria já se desanuviaram, pois muitos dos que estavam contra a legalidade já emcararam bem as consequências que como seu gesto iriam assumir perante a Nação e perante o mundo. Parece que, felizmente, já está raiando nos céus da Pátria aquele manto que cobrirá a democracia, esta democracia que defendemos, esta democracia que, a despeito de afirmarem alguns colegas que ela não existe tem sua afirmação, tem sua plenitude no exercício do nosso mandato, em nossa palavra livre, no direito que temos de nos pronunciarmos. Alguns setores que estavam contra a legalidade, parece-me, já reexaminaram e sentiram as profundas consequências. Os setores militares, que sempre foram legalistas, darão cobertura a Jango porque é o Presidente da República. Apenas não entrou no exercício da Presidência. O que poderiam colegas, parece que a Nação vai começar a tranquilizar-se. O líder do nosso Partido, o Deputado Almino Afonso, na oração que deverá proferir esta noite, trará ao conhecimento da Casa os últimos acontecimentos, para alegria do povo brasileiro.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado agradeço o seu pronunciamento.

Mas, Srs. Deputados, quem não leu as declarações de Dom Jaime Câmara sobre o dever dos brasileiros, nesta hora inquietante, de respeitar os postulados constitucionais?

Quem não leu as declarações de Juracy Magalhães, manifestando-se pela posse do eleito do povo para o exercício do mandato? Quem não leu as declarações de Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais, cujo impressionante pronunciamento também foi pela posse do eleito? Quem não leu o pronunciamento de Capanema, que acha que o direito do Vice-Presidente da República é líquido, incontestável e certo? Quem não leu o pronunciamento de Perachi Barcelos, Líder no Rio Grande do Sul, que, abandonando momentaneamente suas divergências políticas e, talvez, pessoais, se declarou pela posse do eleito? Quem não ouviu a palavra de um inimigo de João Goulart, porque não está em jogo a personalidade e o nome de João Goulart, do Deputado Ferrari, que lidera um movimento no País e que transformou esse movimento num partido político, declarando-se pela posse de seu fidalgo inimigo na Presidência da República, embora também adiantasse que o combateria desta tribuna, porque lhe faria oposição constante e pertinaz?

O Sr. Lino Braun — Onde está o pronunciamento do Partido Socialista

O SR. AURÉLIO VIANNA — O Partido Socialista, é pequeno, reconheço-o, já se pronunciou pela legalidade democrática, pelo respeito à Constituição e pela posse do eleito. Está faltando a voz de cada um dos partidos políticos deste País, e são doze, sobre este assunto tão momentoso, tão impressionante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o perigo atrai o mal. Não há qualquer declaração oficial do atual Presidente da República acerca dessa matéria. Mas ninguém poderia acreditar que S. Exa., exercendo a Presidência da República

por algumas horas ou alguns poucos dias, trala a sua consciência democrática, trala a Constituição da República...

O Sr. Lino Braun — Não será outro Luz.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... trala o povo brasileiro. Ninguém espera e deseja isto. Sabe S. Exa., e creio que já o proclamou em rodas íntimas, que o Presidente da República já partiu ou está de partida para o Brasil, a fim de assumir o lugar que lhe compete. Voltará a esta Casa; procederá como vai proceder sob aplausos coletivos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o perigo atrai, fascina. A Casa está chela o dia todo; nas sessões noturnas. As galerias repletas de famílias, senhoras e moças, que, prestigiando as sessões da Câmara dos Deputados, dão esta demonstração clara, inconsueta do seu civismo, do seu amor às instituições, do seu desejo de paz e ordem. É assim a democracia; e assim que deve viver a democracia; é assim somente assim que se aperfeiçoam as instituições representativas. Ninguém contestou o direito do atual Presidente da República de candidatar-se, muito menos o direito do seu opositor. Ninguém contestou o direito do General Lott, do Sr. Jânio Quadros e do Sr. Adhemar de Barros de candidatarem-se à Presidência da República, nem o dos Senhores Fernando Ferrari e Milton Campos de candidatar-se à Vice-Presidência. A tese sustentada pela maioria — maioria PSD, maioria PTB, maioria dos democratas do Brasil — era uma só: posse aos eleitos do povo.

Também não se espera que o PSD trala o seu passado bem recente, que manipule contra a posse do Presidente da República, que surja com fórmulas mágicas para resolver problemas que não seriam resolvidos senão através do respeito aos postulados da Constituição da República. Esqueçamo-nos do nome João Goulart e lembremo-nos de que há um Vice-Presidente

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

689

da República que substitui, nos seus impedimentos, o Presidente; de que o Presidente renunciou, de que o atual Presidente da República é o Vice, por força de dispositivos constitucionais votados em nome do povo brasileiro numa época extraordinária, post-guerra, em 1946.

Sr. Presidente: o meu partido, e tenho certeza de que o povo brasileiro nesta hora pela sua grande maioria, e tenho certeza de que os militares do Brasil, todos desejam, todos pugnam e todos lutam e lutarão, para que a Constituição seja cumprida, para que não se transforme num trapo, papel imundo, sem qualquer significação, pela posse do Vice-Presidente da República, atual Presidente da República, para completar o mandato do Sr. Jânio da Silva Quadros. Pela democracia! Pelo direito! E pela verdade! (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Já há número para as votações.

Comparecem mais os Srs.:

Clélio Lemos
José Bonifácio.
Alfredo Nasser.
Breno da Silveira.
Antônio Baby.
Wilson Calmon.

Amazonas:

Adalberto Vale — PTB.
Almino Affonso — PTB.
Arthur Virgílio — PTB.
Wilson Calmon — PSP.

Pará:

Armando Carneiro — PSD.
Epilogo de Campos — UDN.
Sílvio Braga — PSP.

Maranhão:

Antônio Dino — PSD.
Clodomir Millet — PSP.
Cid Carvalho — PSD.
Eurico Ribeiro — PSD.
José Sarney — UDN.
Neiva Moreira — PSP.
Renato Archer — PSD.

Piauí:

Clidenor Freitas — PTB.
Laurentino Pereira — PSD.
Lustosa Sobrinho — UDN.
Milton Brandão — PSP.

Ceará:

Adahil Barreto — UDN.
Carlos Jereissati — PTB.
Edilson Melo Távora — UDN.
Esmerino Arruda — PSP.
Euclides Wicar Pessoa — PSD.
Expedito Machado — PSD.
Furtado Leite — UDN.
Leão Sampaio — UDN.
Martins Rodrigues — PSD.
Ozires Pontes — PTB.

Rio Grande do Norte:

Clóvis Motta — PTB.
Xavier Fernandes — PSP.

Paraíba:

Abelardo Jurema — PSD.
Ernani Sátiro — UDN.
Jacob Frantz — PTB.
Janduí Carneiro — PSD.
José Joffily — PSD.
Raul de Góes — PSP.

Pernambuco:

Alde Sampaio — UDN.
Arruda Câmara — PDC.
Barbosa Lima Sobrinho — PSP.
Bezerra Leite — PTB.
Clélio Lemos — PSD.
Geraldo Guedes — PL.
Gileno Dé Carli — PSD.
José Lopes — PTB.
Josué de Castro — PTB.
Milvernes Lima — PSD.
Nilo Coelho — PSD.
Oswaldo Lima Filho — PTB.
Petronilo Santacruz — PSD.

Alagoas:

Abrahão Moura — PSP.
Carlos Gomes — UDN.
Segismundo Andrade — UDN.

Sergipe:

Arnaldo Garcez — PSD.
Lourival Batista — UDN.
Seixas Dória — UDN.

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

691

Rio Grande do Sul:

César Prieto — PTB.
 Croacy de Oliveira — PTB.
 Floriceno Paixão — PTB.
 Hermes de Souza — PSD.
 Joaquim Duval — PSD.
 Lino Braun — PTB.
 Nestor Jost — PSD.
 Paulo Mincarone — PTB.
 Raul Pila — PL.
 Raimundo Chaves — PSD.
 Rui Ramos — PTB.
 Temperani Pereira — PTB.
 Unirio Machado — PTB.
 Victor Issler — PTB.
 Wilson Vargas — PTB.

Acre:

José Guiomard — PSD.
 Oscar Passos — PTB (164).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 243 Srs. Deputados.

Vai-se proceder à votação da matéria que se acha sobre a Mesa e da constante da Ordem do Dia.

Votação em Primeira discussão do Projeto n.º 1.335-A, de 1959, que concede pensão especial de Cr\$ 10.000,00 mensais à viúva do poeta e jornalista Antônio Bôto, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e da Comissão de Finanças favorável.

O SR. PRESIDENTE — Vou submeter a votos o seguinte

PROJETO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É concedida a pensão especial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensais à Sra. Carminha da Conceição Silva Rodrigues Bôto, viúva do poeta e jornalista Antônio Bôto.

Art. 2.º — A pensão ora assegurada será paga pelo Tesouro Nacional à conta da dotação destinada a pensionistas da União.

Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão (Pausa).

Aprovado.

Há sobre a Mesa e é deferido, o seguinte

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Solicito dispensa de interstício, para o projeto n.º 1.335-A, de 1949. S.S., 26 de agosto de 1961. — *Expedito Machado.*

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, de acordo com o Artigo 14 do Regimento, o Deputado Almino Afonso.

O SR. ALMINO AFFONSO * — Sr. Presidente, Srs. Deputados é irrecusável que, desde o instante em que S. Exa. o Sr. Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, o País, no impacto da atitude na surpresa, e na confusão dos rumos que a partir daí haveria de palmilhar, vive instantes de inquietação. Não direi, Sr. Presidente, que esta inquietação não tenha no seu bôjo também a força criadora das próprias instituições democráticas. Se é verdade que se indagam perplexos se, porventura, o regime está a viver momentos capazes de marcar-lhe o dobre de finados por igual, entretanto, também é verdade que essas forças criadoras a que me refiro, mais do que nunca, se reafirmam de extremo a extremo da pátria em todos os setores, em nome de todas as categorias sociais, que o povo brasileiro quer, defende e sustenta, em toda a sua plenitude, o regime democrático. (*Muito bem. Palmas.*)

A renúncia de S. Exa., o Senhor Jânio Quadros, que não discuto neste momento, era entretanto, um ato unilateral de vontade. A Constituição prevê, na tranquilidade de sua sistemática, que em casos dessa natureza, assume a Presidência da República, o Sr. Vice-Presidente. A manutenção do regime de-

* Não foi revisto pelo orador.

mocrático, portanto, é irrecusável e tem sido assim proclamada pelas lideranças mais categorizadas deste País, identifica-se com a investidura do Sr. João Goulart na Presidência da República. (*Palmas*). Não há como estabelecer a mais leve distinção entre manutenção do regime democrático e essa investidura. As duas coisas, neste instante, se confundem. As duas coisas, neste instante, significam, exatamente, o respeito às instituições democráticas.

Sr. Presidente, não viria eu à tribuna dizer coisas que, tranquilas no texto da Constituição que, seguras no consenso do País; que, garantidas pelo povo, dispensariam por inteiro fosse reafirmada como se eu próprio pusesse em dúvida a legitimidade dessa afirmativa.

Acontece, entretanto, que os murmúrios, que a atoarda, que os boatos vão gerando no seio do povo a indagação se, em verdade, há setores que imaginem ou que tramem concretamente contra a posse do Sr. João Goulart. Afirmou-se que haveria, inclusive, setores militares que, inspirados em razões, as mais inexplicáveis, se estariam firmando no propósito de impedir se cumprisse a Constituição, na dimensão absoluta do seu texto, garantida a legalidade, não em termos de aparência, mas na concretização de investidura do Sr. João Marques Belchior Goulart. S. Exa., onde estiver neste instante, é legitimamente o Presidente da República. (*Muito bem, palmas prolongadas*). Nada, nenhum interesse, nenhuma doutrina, nenhum subterfúgio, poderá impedir que essa realidade se faça plena, no instante em que o Dr. João Goulart pisar o território nacional.

Quem o diz, Sr. Presidente, não é o Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, mas a instituição democrática em plena vigência.

O Sr. José Joffily — Muito bem!

O SR. ALMINO AFFONSO — Afirma-se, por igual, que outros setores, no receio de um choque com estas áreas militares, busca-

riam uma acomodação em termos de trazer tramitar por esta Casa soluções jurídicas imaginosas dentro das quais se mantivesse a aparência de legalidade, mas que ao invés, ferisse a fundo a própria instituição democrática. A atoarda que assim corre no País, inquietando a Nação, não podia deixar de merecer nesta noite, de minha parte, a mais frontal condenação. Prejudicam os interesses nacionais os que assim imaginam. Atentariam em termos de uma gravidade tal, contra os mais altos interesses da Nação aqueles que assim porventura tramassem. Mas quem tramaria? Quem assim poderia supor por instantes, que um País amadurecido, um País que se impõe no concerto das nações civilizadas, no primeiro plano internacional, pudesse hoje recuar, como qualquer nação que nascesse para a vida política, quebradas as suas instituições, dando perante o mundo o triste exemplo de uma elite que já não pudesse cumprir os seus deveres diante da História?!

Não, Sr. Presidente, não posso acreditar não, por mais que me digam, por mais que insistam, não aceito nada em qualquer setor da vida política ou da vida militar que, neste instante, unânimes, não queiram, única e exclusivamente com os olhos voltados para os supremos interesses deste povo, a garantia absoluta do regime democrático, com a posse do Sr. João Goulart.

Seriam as forças militares, estas forças militares, cuja tradições tão ricas, tão belas, tão respeitáveis, através de toda nossa História, têm sido marcadas pelo indistigável princípio de legalidade? Não foram elas, em todos os instantes maiores da nacionalidade, aquelas forças de equilíbrio social, aquelas forças que garantiram ao povo a certeza de que seus direitos não seriam postergados? Haveriam de ser elas, neste instante, que poderiam aceitar que o direito primeiro, o maior, o mais alto da cidadania, o direito que marca a civilização, o direito que se incorpora à sobe-

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

693

rania popular, tivessem suas conseqüências frustradas? Seriam as Forças Armadas que escreveram páginas de uma beleza admirável na vida política brasileira que poderiam traí-las esquecendo-se das suas próprias raízes para aceitar, em nome não sei de que, se criasse um regime de exceção? Mas seriam as forças políticas, então, o próprio poder civil autodestruindo-se, que haveriam, neste instante, de imaginar soluções inteiramente descabidas para uma crise de natureza política que as próprias instituições democráticas respondem na solução adequada correta da Constituição Federal. E estas forças estariam nesta Casa? Não, Sr. Presidente, não pode. Haveriam essas forças aqui de aceitar, um instante sequer, que se rasgasse a Constituição e depois se recolhesse os pedacinhos, pregando-os com fita durex tãda rôta, estraçalhada em verdade, mas na aparência de que se mantenha na sua integridade?

Olho, Sr. Presidente, o plenário. Vejo homens da mais alta categoria política, da formação democrática mais inatacável, de um patriotismo mais irrepreensível. Pois uma Casa assim composta poderia, em qualquer momento, admitir que a Constituição fosse ferida e, mais do que ferida, admitiria, porventura que se instituisse aqui um simulacro que envergonharia a todos? (*Muito bem. Palmas*). Não, Sr. Presidente. Não é a tradição desta Casa. Não Senhor Presidente. Sei que cada um de nós — e o digo em nome do Partido Trabalhista Brasileiro — porque conheço e respeito, ainda que muitas vezes divirja, e é da índole do regime democrático divergir, as demais forças políticas com assento nesta Casa, eu sei, Sr. Presidente, que, em qualquer momento em que nos colocassem nesta encruzilhada, de um lado, a vergonha de um simulacro que abastardasse o Congresso, e, de outro, a desgraça de uma guerra civil, nenhuma destas duas opções poderia encontrar homens de uma consciência política tão madura quantos os homens que

compõem esta Casa. Sei, Sr. Presidente que ao invés, optaríamos, sim tranqüilamente, por cair de pé, honrosamente, mas mantida a Constituição em tôda a sua integridade. (*Muito bem. Palmas*). Pode esta Casa ser fechada. Ela ressurgirá das cinzas. (*Muito bem. Palmas*). Mas, se esta Casa se abastardasse, já não haveria mais salvação, já o povo não teria mais em quem poder crer, já o povo não teria razões das mais leves esperanças, porque, então, a última razão seria a força popular solta nas ruas. Poderiam homens com assento nesta Casa, de responsabilidade tão grandes, admitir que o País, neste instante marcado por problemas tão fundos, num instante em que o povo politizado desperta para suas conquistas sociais, no momento em que ele toma consciência do desenvolvimento econômico como uma da razão de ser mesmo da sua própria luta de sobrevivência; num instante em que ele se projeta no plano internacional, como um povo capaz de construir, poderiam os representantes deste povo, em qualquer momento, aceitar qualquer solução que mergulhasse o País numa guerra civil? Porque eu não tenho dúvidas, sem ser profeta, que tão segura é a consciência democrática do povo brasileiro, que tão certa é a tradição das Forças Armadas na manutenção da legalidade, que se, porventura, em algum momento, setores militares ou setores civis se conjugaram para tramar contra as instituições, as forças vivas da nacionalidade se levantarão num só corpo e numa só alma para garantir o regime democrático. (*Palmas*).

O Partido Trabalhista Brasileiro define-se nesta noite, declarando que está tranqüilo de que a Constituição será respeitada, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, no texto e no espírito, como é do interesse do povo. (*Palmas*). Mas por igual se declara que nenhuma fórmula, a mais engenhosa, a marcada pelo talento

mais criador, poderá receber do Partido Trabalhista Brasileiro a mais leve atenção de uma consulta sequer. (*Muito bem; muito bem. Palmas*). Nada queremos, Sr. Presidente, senão o respeito da lei. Nada queremos senão que a Constituição se cumpra, nada pedimos senão que a vontade popular seja respeitada. E quem assim tem autoridade tamanha para falar tão alto pode porventura aceitar, sem desprimor às suas próprias convicções democráticas, a indagação de qualquer fórmula, de qualquer solução, de qualquer sugestão que marque a vida democrática, envergonhando-nos, abastardando-nos, aniquilando-nos? Não, Sr. Presidente, não seria no seio do Partido Trabalhista Brasileiro.

O Sr. Pereira da Silva — Nem no seio de qualquer partido. (*Palmas*).

O SR. ALMINO AFFONSO — Honra seja à voz que se levanta para dizer aquilo que eu diria em seguida.

Por que haveria de ser do seio da União Democrática Nacional? Não, Sr. Presidente! Sei que cada udenista traz ao peito, no símbolo daquele facho incandescente, na legenda que marca, em síntese, a própria definição política de sua luta...

O Sr. Milton Reis — O amor à legalidade.

O SR. ALMINO AFFONSO — .. respeito à lei, o amor à legalidade, a defesa de democracia. Nenhum homem da União Democrática Nacional poderia aceitar, eu sei, qualquer solução que permitisse a Constituição Federal ser desrespeitada, ainda que se mantivesse o simulacro da lei forjada por maior capitulada.

Haveria de ser os homens do Partido Social Democrático, os bravos aliados do Partido Trabalhista Brasileiro, com quem lado a lado, temos lutado, dia a dia, há tantos anos? (*Muito bem*).

Haveria de ser os homens do Partido Social Democrático, que conosco travaram a grande luta,

naquele instante em que, por igual, outras forças tentaram impedir tomasse posse um Presidente eleito, o Sr. Juscelino Kubitschek? (*Muito bem. Palmas*). Seriam os homens do Partido Libertador, em que há uma figura de excepcional grandeza, como Raul Pilla (*palmas*), uma vida inteira consagrada, toda uma tradição de luta posta a serviço de um sistema político, mais de que qualquer outro a expressão autêntica da vontade popular, nas suas variações constantes através do regime parlamentarista? Seriam os homens do PL que poderiam aceitar, ao dever, a cogitação de uma formulação qualquer que golpeasse as instituições? Não! Seriam os homens do Partido Socialista Brasileiro, tão íntima, tão profundamente vinculados ao operariado, que sabem, como sabemos os do PTB, que, se as liberdades públicas são fundamentais para os homens da indústria, do comércio, da produção em geral, para a intelectualidade, são, mais do que para todos talvez, fundamentais às lutas dos trabalhadores. Não, Sr. Presidente! Seriam os homens do Partido Social Progressista, cuja designação já marca o sentido de uma luta de vinculação cada vez maior com o povo? Seriam os homens do Partido Democrata Cristão, que, abeberando-se no humanismo cristão, sabem, talvez mais do que todos nós, que a liberdade é o clima indispensável para que o homem viva na plenitude de sua dignidade?

Então, se não há partido político que assim possa, sem desdouro para si, sem insulto para sua legenda, admitir que se indague ao menos de qualquer solução que golperia a Constituição Federal, estamos tranquilos de que as forças políticas brasileiras nesta Casa se afirmam serenas e seguras de suas tradições, de que a democracia neste instante se encarne, se completa no respeito à Constituição, dando-se posse ao Sr. João Marques Belchior Goulart. (*Muito bem. Palmas*).

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

695

Nem seria, Sr. Presidente, o Partido de Representação Popular, cuja liderança, nas mãos do Senhor Plínio Salgado, respeitadas as postulações das quais tanto divirjo, de tal modo se encarna na luta hoje do regime democrático, que ele próprio, Líder deste Partido, não obstante reconhecer que sua doutrina não é majoritária no País, teve a legítima audácia de aceitar a disputa da Presidência da República.

Ora, Sr. Presidente, qual é a situação atual? O Dr. João Goulart é o Vice-Presidente da República. É a primeira vez, Sr. Presidente? Não. Pela segunda vez o povo o conduziu à Vice-Presidência da República. São quatro milhões de brasileiros a sustentar-lhe o mandato. Em algum instante, alguém levantou que S. Exa. não tivesse, no uso legítimo do seu direito de cidadão, a possibilidade de disputar as eleições a qualquer posto eletivo?

O Sr. Plínio Salgado — Permite V. Exa. um ligeiro aparte?

O SR. ALMINO AFFONSO — Ouço a V. Exa.

O Sr. Plínio Salgado — O Dr. João Goulart, nas eleições para Vice-Presidente da República, teve o apoio de meu Partido. Sua Excelência ganhou por cerca de 150 mil votos. Meu partido deu-lhe, seguramente, de 500 a 600 mil votos. Encontramos certas dificuldades em relação ao ilustre e digno Marechal Teixeira Lott, pela campanha comunista que se fazia em seu favor. Mas não houve dificuldades em relação ao Sr. João Goulart. Assim, tendo V. Exa. citado neste momento, nominalmente, meu partido e meu nome, quero dizer que entendemos que nosso partido foi o responsável direto pela vitória do Sr. João Goulart para a Vice-Presidência da República.

O SR. ALMINO AFFONSO — Senhor Presidente, vincula-se o nome Líder do PRP, pelo aparte que

me dá, de maneira categórica, à tese que sustento.

Hoje Sr. Presidente, o País todo, os trabalhadores dos Estados da Federação brasileira começam a ir às ruas, no propósito são, ordeiro e legítimo de sustentar o regime democrático. (*Muito bem*). Multiplicam-se as declarações dos sindicatos; formulam-se, inclusive, greves de natureza política, talvez as primeiras que neste País se realizam, o que traduz bem o grau de maturidade do trabalhador brasileiro. Em nome de quê? De uma reivindicação salarial? Não, Senhor Presidente; em nome de garantia das instituições democráticas. (*Muito bem. Palmas*). Permite-me, Sr. Presidente, dê um testemunho. Faz poucos dias, num debate que mantive com lideranças sindicais do Rio de Janeiro, discutindo com eles o problema da majoração dos salários, representada num projeto de lei que apresentei nesta Casa ouvi daqueles trabalhadores, ao mesmo tempo em que defendiam legitimamente o direito de não passarem fome, também a segurança, a afirmação de que, mais do que as reivindicações salariais daquele momento preocupava aos líderes sindicais da Guanabara o respeito integral à Constituição, à legalidade, ao regime.

Governadores de Estados, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, sucedem-se em declarações categóricas na defesa da legalidade democrática, e a incorporam, como não poderiam deixar de fazê-lo à sustentação da posse do Sr. João Marques Belchior Goulart. (*Palmas*).

Permita que leia para a Casa as declarações do Governador da Bahia, que tem, para o destaque que lhe dou neste instante, a dupla responsabilidade de um dos líderes maiores da União Democrática Nacional, aquele que foi, inclusive, o indicado por parcelas ponderáveis do seu Partido como candidato à Presidência da República, e por igual de Governador

de um Estado como a Bahia de tradições, de cultura e de sensibilidade política, e, como se não bastassem êsses dois títulos, de ser ainda um líder militar e um homem que, através de sua vida política, não raro jogou a sua própria vida na defesa da fidelidade aos princípios do regime democrático. Por tudo isto, Sr. Presidente, eu dou êste destaque ao ler as suas declarações à Imprensa:

“O Sr. João Goulart é o Presidente da República — disse o Governador Juraci Magalhães. Assistido em seu pronunciamento por todo o Secretariado, o Ex-Presidente da UDN disse que “de minha parte deploro naturalmente o que se verificou”. “Não tenho nenhuma lembrança do passado, e procuro esquecer os fatos que antecederam a escolha dos candidatos à Presidência da República. Espero também que todos os brasileiros me acompanhem continuando voltados para suas atividades normais nesta hora de anormalidade. Continuarei, na chefia do governo, a proceder como se nada tivesse ocorrido. Prosseguirei no despacho coletivo que se realiza tôdas as sextas-feiras, assinando os decretos que normalmente assinaria. Aconselho aos pretensos agitadores, tenham cautela. Estou seguro de que na Bahia nada acontecerá, absolutamente nada”.

E destaco, Sr. Presidente, de suas declarações êste trecho, da mais alta significação política:

“Aconselho ao povo brasileiro, e particularmente ao povo baiano, a manter-se com a serenidade devida nesta hora de anormalidade da vida brasileira. A Constituição prevê casos de renúncia do chefe da Nação e indica os meios de contorná-la. Rei morto, rei pôsto”.

O Sr. Magalhães Pinto, homem também da mais alta direção do Partido que tem como seu líder maior o Brigadeiro Eduardo Gomes, transmitindo à imprensa a sua opinião a propósito da crise que o País neste instante vive, acentuou que

“o Sr. João Goulart deve assumir o cargo logo à sua chegada ao Brasil, para que o regime constitucional, caso o Presidente permaneça em sua atitude de renúncia, não sofra solução de continuidade”.

As forças espirituais também, representadas por D. Jaime Câmara, fazem êste apêlo ao povo e às forças políticas:

“A presente conjuntura em que se acha o País, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, não deve servir de pretexto para qualquer alteração da ordem pública. Rege-o uma Constituição Federal que temos de respeitar. (*Muito bem, Palmas*). A ordem a ser convocada, a tranqüilidade das famílias e o bem-geral do povo são deveres pelos quais a todo cidadão cabe zelar religiosamente.

Somos brasileiros como somos patriotas. Tomemos consciência de nossas obrigações para com a Pátria. Acima de interesses partidários está nosso caro Brasil. Honremo-lo. Tranqüilizemo-lo e confiemos em Deus”.

São as forças espirituais. São as forças políticas. São as forças sociais, unidas tôdas no mesmo propósito, conscientes da gravidade dos momentos que vivemos, bem seguras do que pode ser o despenhadeiro neste País se a ordem constitucional não fôr religiosamente respeitada.

O Sr. Hélio Ramos — Permite-me V. Exa. uma intervenção agora?

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1931

697

O SR. ALMINO AFFONSO — Com muita honra.

O Sr. Hélio Ramos — Nobre Deputado Almino Afonso, meu caro e prezado amigo, V. Exa., na hora histórica em que vive a Nação, não é, nessa tribuna, o representante do Amazonas. Não é tão pouco o representante do Partido Trabalhista Brasileiro. V. Exa. é mais do que isso. Senhor Deputado, é o próprio povo brasileiro desejo que a sua vontade nas urnas seja respeitada. V. Exa. vem aqui, honrando a geração a que pertencemos, dizer que este País não aceita e não compreende que se cregam, de onde se possam erguer, protestos ou impedimentos a que a vontade do povo seja respeitada. As demonstrações, aos pronunciamentos que V. Exa. leu, dessa tribuna, quero acrescentar um, do eminente Marechal Teixeira Lott, candidato cuja bandeira empunhamos por este País afora, certos de que, àquela época, defendíamos para nossa terra e para o regime a melhor solução. E é ele, hoje, que vem dizer ao País, à Nação, que está disposto e pronto para dar sua colaboração para que a Constituição seja defendida (*Palmas*). Nobre Deputado Almino Afonso, nossa geração não conhece a renúncia, não conhece a fuga, e, porque nossa geração não conhece a renúncia, nem a fuga, é que aqui estamos para enfrentar os inimigos do regime. É possível, é provável que eles nos possam calar temporariamente, porém, jamais o farão definitivamente, porque, repito a V. Exa., das cinzas haverá de ressurgir o povo brasileiro, desejoso e consciente de possuir um futuro melhor, no qual possa, clara e decididamente, manifestar suas preferências e vê-las respeitadas. (*Palmas prolongadas*).

O SR. ALMINO AFFONSO — Agradecendo ao nobre Deputado Hélio Ramos a manifestação que não poderia faltar, porque é um dos môços, nesta Casa, porque é um dos homens da nova geração

política, e os môços da nova geração política, mais do que quaisquer outros, têm o dever de se vincular às lutas do povo brasileiro. Sabemos todos conscientemente que essas lutas se farão vitoriosas na medida em que as liberdades públicas fôrem asseguradas.

Tenho aqui o depoimento do Marechal Teixeira Lott. Quero lê-lo na íntegra, para que, constando do meu discurso, fique como manifestação de um dos bravos chefes militares deste País, de um dos homens de formação democrática mais autêntica, de um dos homens que têm inclusive a virtude de um legítimo republicano no seu melhor sentido histórico, do homem que, disputando nas urnas a Presidência da República e nas urnas derrotado, voltou tranqüilamente para a sua casa, no sossêgo, na honradez da sua vida de cidadão. Eis, Senhor Presidente, a reportagem sobre a entrevista concedida por S. Sa.:

“Instado a pronunciar-se sobre a atual crise na vida política brasileira, em meio a um grupo de jornalistas que ontem se dirigiu à sua residência, o Marechal Henrique Teixeira Lott preferiu um pronunciamento único, assim se expressando:

Vários amigos têm-me procurado, desde que se desencadeou a crise social pela inopinada renúncia do Sr. Jânio Quadros. Solicitando minha opinião sobre a atual conjuntura, fiz-lhe ver que atualmente meu ponto de vista tinha o mesmo valor que de outro qualquer cidadão. Ponderaram que tinha numerosos amigos e civis e militares e, inclusive, os três milhões e algumas centenas de milhares de concidadãos e concidadãs que sufragaram meu nome nas últimas eleições, e por isso julgavam que tinha o dever de manifestar à Nação o meu modo de pensar.

É, pois, a estes amigos que me dirijo, não para lhes dar conselhos, mas para lhes fazer um apêlo. Peço a esses amigos que, ao considerarem a conduta que cada um deverá adotar em face da atual situação tenham como bússola os interesses superiores da Pátria e como roteiro os ditames da Constituição vigente, pois, só assim, será possível que suas ações se conjuguem no sentido de possibilitar ao Brasil vencer a gravíssima crise econômica, financeira social e institucional que o acometeu. Faz-se mister que cada brasileiro ponha de lado suas simpatias e antipatias e mesmo seus interesses, por mais legítimos que sejam quando estes interesses colidirem com os do povo brasileiros, a Constituição e a ordem”.

E depois de uma pausa, concluiu o Marechal Teixeira Lott:

“Se fôr necessário, estarei na luta como qualquer cidadão cômico dos seus deveres, para que a Constituição seja obedecida e cumprida”. (*Muito bem. Palmas prolongadas*).

Haveria, Sr. Presidente, discrepância então dos líderes das Forças Armadas do País? Não, Sr. Presidente, não há nas suas declarações públicas a mais leve divergência. Sabem os meus eminentes colegas que, ainda ontem, quando o Exército comemorava o Dia do Soldado, na homenagem que a Pátria prestava ao Duque de Caxias, pôde o Sr. Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denis, acentuar na Ordem do Dia que a missão das Forças Armadas é fazer respeitar a Constituição.

Sr. Presidente, pois não se quer nada mais que a constituição seja respeitada. Nada mais se pede, nada mais se exige. Mas o respeito à Constituição exigimos, por ele lutamos com desprendimento, inclusive da própria vida.

Multiplicaram-se, Sr. Presidente, nestes dois dias, as manifestações políticas. Fê-lo o Sr. Ex-Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek, declarando-se, da maneira mais categórica, pelo respeito à legalidade, vinculando-se à posse do Sr. João Belchior Marques Goulart à Presidência da República, em entrevista que concedeu à Última Hora de hoje:

“Declarou o Senador Juscelino Kubitschek que a presença do Senhor Ranieri Mazzilli no Palácio do Planalto é, por si só, uma garantia de que as instituições democráticas serão respeitadas e cumprida a Constituição, em todos os seus artigos e parágrafos. Quanto ao espírito legalista do Exército, não tenho a menor dúvida...” — e realçou com incisiva interrogação que dispensa maiores palavras —

“Quem mais do que eu sabe disso?” (*Palmas*).

O Sr. Saturnino Braga — A argumentação que V. Exa. vem apresentando, quero acrescentar que, como presidente que sou do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, posso afirmar que tôdas as nações, especialmente as nações da América Latina, confiam no regime democrático brasileiro, que jamais poderá ser ferido, porque teria a pior das repercussões internacionais se, porventura, o Brasil, que hoje ocupa uma posição de liderança na defesa da democracia, viesse a ver ferida a instituição básica desta mesma democracia.

O SR. ALMINO AFFONSO — Muito agradecido a V. Exa.

Tem V. Exa. o aparte, nobre Deputado Pereira da Silva.

O Sr. Pereira da Silva — Meu caro colega de representação amazonense, prezado intérprete do pensamento nacional desta hora, quero responder ao meu ilustre e jovem colega que declarou a Vossa Excelência que a brilhante ge-

ração a que pertence não pode conhecer, nem admitir transgências na defesa do regime. Afirmando também que a minha geração de velhos (*Muito bem, palmas*) a minha geração de Constituintes, muitos dos quais aqui estão comigo, não conheceu jamais covardia na defesa das instituições democráticas brasileiras. Venho ainda de dias do século passado e acompanhei todos os grandes movimentos deste País, do meu Nordeste, do Amazonas, na defesa da integridade disso que trago aqui na mão que é o livro sagrado, que é a nossa Bíblia, porque defendo o direito de todos os brasileiros e asseguro todas as garantias fundamentais da humanidade. Venho dessa geração que não conheceu o medo, não conheceu a covardia. E, velho que sou, ao lado dos velhos da Constituinte, nesta hora quero dizer a Vossa Excelência que esses velhos não rasgarão esta Constituição. Quem quiser, que cometa essa infâmia, apunhalando pelas costas a Nação brasileira. (*Palmas*).

O SR. ALMINO AFFONSO — Falou, Sr. Presidente, um dos constituintes que teve a seu cargo a elaboração da Constituição Federal. Outros constituintes há também nesta Casa, vivendo, para nós que aqui chegamos pela primeira vez, aqueles instantes admiráveis de renascimento político em nossa Pátria, de revivescência democrática. Logo após a segunda guerra pôde o País, interpretando os sentimentos, a opinião, as novas doutrinas sociais que naquele instante predominava no mundo, realizar uma obra que, à parte o que se lhe possa condenar em erros, indiscutivelmente dignifica as instituições deste País — a Constituição de 18 de setembro de 1946. Sei que falou em nome dos constituintes, porque, estou certo, seus companheiros que ainda têm assento nesta Casa não haveriam de admitir que a obra por eles elaborada, dia a dia, com afã, com amor, com apêgo à Pátria, pudesse ser rasgada, desconhecida

ou enxovalhada. Disse S. Exa., o nobre representante do Amazonas, Deputado Pereira da Silva, que a sua geração também não conhece a covardia, e, para demonstrá-lo, bem alto falou, porque há instantes em que o silêncio é conivência. (*Muito bem*). Nesta hora não se aceita de ninguém o silêncio que se faça de habilidade, o silêncio que traduza o receio de um pronunciamento, porque, acima das garantias de ordem pessoal, acima dos interesses de cada, mais do que os interesses partidários, sobretudo, mais do que o interesse desta própria Casa, está em jogo o interesse mais alto do povo brasileiro. (*Muito bem*).

Sei, Sr. Presidente, que outras palavras se farão ouvir. Sei que os Senhores Deputados traduzirão aqui a firme, a inabalável deliberação do povo de preservar a legalidade a todo custo.

O Sr. Ferro Costa — Nobre Deputado Almino Afonso, o seu pronunciamento é uma peça histórica que honra este Parlamento. Vossa Excelência disse muito bem, e aqui adoto como expressão de nós todos, neste ensejo, não há divisões partidárias. (*Muito bem. Palmas*). Vossa Excelência falou, também, em seu nome. Há, sim, uma divisão: os que defendem a lei e os que agem contra a lei. (*Palmas*).

O SR. ALMINO AFFONSO — Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Nelson Omega — Nobre Deputado, a convocação alta que neste instante Vossa Excelência está fazendo à consciência jurídica e à fé patriótica desta Câmara não é a semente que o semeador lançou na terra árida e dura. A Frente Parlamentar Nacionalista, pela minha voz, está dizendo: "Presente!" Reunir-se-á amanhã, para em documento público, conchamar a Nação a uma atitude séria (*palmas*), em face da hora que a Nação está obrigada a viver. (*Palmas*).

O Sr. Milton Reis — Sr. Deputado, Vossa Excelência conseguiu, com a peça histórica que profere, ouvir o pronunciamento dos mais eminentes líderes desta Casa. Os outros que não o apartearam ainda, representantes de outras agremiações, certamente o farão. Mas todos percebemos que esta tese não dividiu ninguém, mas uniu a todos. Se alguns assuntos separaram às vezes os partidos nesta Casa, temos tido a satisfação de ver que as grandes decisões com respeito aos destinos da Nação unem a todos pelo amor à nossa terra. Assim sendo, certos estamos de que os líderes da União Democrática Nacional e do Partido Social Democrático daqui a pouco apartearão Vossa Excelência, demonstrando assim a posição de seus partidos neste episódio. (*Palmas*).

A Sra. Ivette Vargas — Desejava, nobre Deputado, fazer a Vossa Excelência e à Casa uma comunicação; a Assembléa Legislativa de São Paulo acaba de aprovar moção de iniciativa da bancada trabalhista de aplauso integral à posse do São João Goulart à Presidência da República. (*Palmas*). A Assembléa designou uma comissão constituída de um representante de cada partido com assento naquela Casa, comissão que deverá chegar amanhã a esta Capital para aguardar a posse do Presidente que a Constituição consagra legítimo Presidente da República. (*Palmas*).

O Sr. Waldir Pires — Veja, nobre Deputado Almino Afonso, que a unanimidade desta Casa é a própria unanimidade da Nação. A linguagem que se ouviu, no discurso de Vossa Excelência, vestida de tanta eloquência, não é aquela linguagem ôca, formal, que nada diz, que nada traduz, que nada emite de conceito e de pensamento. Na verdade, a oração de Vossa Excelência é o transbordamento dos anseios melhores desta Nação e Casa, na manifestação inequívoca de fidelidade ao regime democrá-

tico e de crença nas instituições deste País. Nobre colega, não podemos consentir, não haveremos de consentir, ninguém, do meu Partido, do Partido Social Democrático (*muito bem; palmas*), do partido de Vossa Excelência, de todos os partidos, ninguém haverá de admitir se conspurque e se rasgue a Constituição da República, impedindo a posse do Presidente João Goulart. (*Muito bem. Palmas*). Não há regime democrático, não há instituições democráticas, não há liberdade democrática, quando se perde a hombridade, quando se perde a coragem moral, quando se perde, assim, o mínimo de dignidade, de grandeza. Estaremos aqui, no Congresso Nacional. Haveremos de estar nas ruas. Haveremos de estar onde haja uma alma e um coração brasileiro para pulsar pela permanência, pelo respeito e pela salvaguarda das instituições democráticas. (*Palmas*). Em nome, assim, de uma geração e como Deputado de um Partido que tem deveres com o Sr. João Goulart, porque ajudou a fazê-lo Presidente da República. (*Palmas*), digo a Vossa Excelência que não haverá tergiversações, que cumpriremos o nosso dever. (*Muito bem. Palmas*).

O Sr. Lourival de Almeida — Nobre Deputado, eu me tenho na conta de um homem sereno. Formei a minha consciência na judicatura do meu Estado, para a qual, com muita honra para mim, ingressei ainda muito môço. Por isso mesmo, venho acompanhando com muita alegria a elevação, a serenidade com que o nobre Deputado se vem conduzindo na tribuna. Mas, permita-me que eu o diga, divirjo de Vossa Excelência, a não ser que eu não o tenha compreendido bem, num ponto apenas. É quando Vossa Excelência diz que o silêncio neste momento importa em aquiescência, em aprovação.

Nobre Deputado, não há ainda um ato concreto que nos faça perder a esperança que todos deposi-

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

701

tamos nessas forças a que Vossa Excelência se referiu, (*muito bem*) quer no setor militar, quer no setor civil. Tenho a certeza de que se um pronunciamento contrário à tese que todos defendemos vier a verificar-se, essas forças haverão de pulsar. E este Parlamento se cair, cairá de pé, como bem o disse Vossa Excelência. (*Palmas*).

O SR. ALMINO AFFONSO — Vossa Excelência, nobre Deputado, honra a magistratura brasileira. E poderia porventura o magistrado, o homem afeito à lei, o homem que cumpre a lei, o homem que, na sua interpretação, assegura os direitos de cada cidadão, aceitar a mais leve hipótese que implicasse no desrespeito à Constituição Federal? Que autoridade moral poderia ter um juiz, se aceitasse que a Lei Maior fôsse rasgada e tivesse ele, no cumprimento de seu dever, de aqui aplicar a lei ordinária? Portanto, ao falar o magistrado, como falou, o nobre colega dá, na verdade, a dimensão jurídica da consciência nacional. Unem-se, Sr. Presidente, todas as categorias deste País: a política, a militar, a social, a intelectual, para, em nome do povo brasileiro, acentuar que há, neste instante, um único caminho para a crise política que estamos vivendo — o respeito integral à Constituição Federal.

O Sr. Manoel Almeida — Nobre companheiro, honrado pela oportunidade de ouvir seu memorável discurso, desejo fazer ligeira declaração. Um país releva-se perante os povos pelo seu poder material, pelas suas riquezas, pela sua cultura, mas, principalmente, pela observância dos princípios que enformam a sua vida institucional. Deixar que se pisem esses princípios é fazer com que este País abaixe a cabeça perante o mundo contristado.

O SR. ALMINO AFFONSO — Agradeço a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, concluo. Vejo, entretanto, no plenário desta Ca-

sa, o nobre Senador Lino de Mattos, que na vida política de São Paulo tem um lugar de remarcação relêvo. Homem de origem popular, pelo talento e cultura ascendeu à mais alta representação política do seu Estado no Congresso Nacional.

Sua Excelência foi, na última campanha eleitoral, um dos defensores da candidatura do Sr. Jânio Quadros. Sua Excelência foi ao longo do Governo do Sr. Jânio Quadros, um dos seus companheiros de luta, fiel às suas pregações político-eleitorais. Sua Excelência, entretanto, na representação desta consciência nacional de intransigente defesa da legalidade, ainda hoje fazia, no Senado Federal, categórico pronunciamento que muito o honra, que muito o dignifica, e, mais do que a êle, ao Senado Federal. (*Muito bem*). Declarou que, neste instante, a defesa da legalidade representa a posse do Senhor João Goulart na Presidência da República. (*Muito bem. Palmas*).

O Sr. Tristão da Cunha — Nobre Deputado Almino Afonso, sou um dos grandes admiradores de Vossa Excelência.

O SR. ALMINO AFFONSO — O que só me honra.

O Sr. Tristão da Cunha — Assisti, extasiado, ao seu brilhante discurso.

O SR. ALMINO AFFONSO — Mais uma vez me confesso muito honrado.

O Sr. Tristão da Cunha — E só tenho de lamentar que Vossa Excelência não estivesse aqui em 1937. (*Palmas*).

O SR. ALMINO AFFONSO — Eu era demasiado novo, Sr. Presidente, em 1937. Nascido em 1929, em 1937 eu estava em plena infância, como provavelmente em infância, estava, em termos de politização, o povo brasileiro. (*Muito bem*). Na tradição política de qualquer povo há altos e baixos. A sociologia política explica os ins-

tantes em que o regime democrático, não conseguindo traduzir, não conseguindo consolidar, não conseguindo dar ao povo aquilo a que o povo tem direito, perde a substância e decai para o regime de exceção. Precisamente por isso, Senhor Presidente, não raras vezes, com a responsabilidade do meu Partido nesta Casa, alertei o País para a imperiosa necessidade de que déssemos as leis básicas, fundamentais, de que o povo carece, para que e, em sua luta, prossiga nas suas conquistas sociais, porque qualquer democracia que não resolva os problemas do povo é uma democracia em falência, como qualquer elite dirigente que não consiga dar resposta aos problemas do povo é uma elite que decai.

É um problema de sociologia política, Sr. Presidente, e já agora é História. Não queira Sua Excelência, Sr. Deputado Tristão da Cunha, responsabilizar-me por um passado, não queira Sua Excelência, neste instante, inclusive diminuir a grandeza do momento que vivemos na recordação de outros momentos históricos, porque o que agora importa de cada cidadão, de cada democrata autêntico não é a evocação de um passado remoto, não é a crítica a fatos históricos, mas a afirmação consciente de que, fiel às suas críticas de ontem, está hoje, mais do que nunca, fiel na sua representação popular, defendendo a soberania popular em toda a plenitude, traduzida na posse do Sr. João Goulart na Presidência da República. *(Muito bem. Palmas)*.

O Sr. Seixas Doria — Senhor Deputado Almino Afonso, esta noite memorável marca, sem dúvida, um dos momentos mais altos da História da República. Eu teria vergonha desta Casa se ela não estivesse assim, unida e somada, por cima dos Partidos, na vigilante defesa da Lei e da Constituição da República. *(Palmas)*. Eu teria vergonha de entrar em minha própria casa e olhar o rosto dos meus filhos. Senhor Deputado,

à minha geração, já o disse alguém, à nossa geração, que viu a luz da vida ouvindo os ribombos dos canhões e os gemidos agônicos de uma mocidade estraçalhada nos campos de batalha — à nossa geração, Senhor Deputado, garimpeira do ideal que traz na alma o amor criado nas vigílias pelo Brasil, cabe, neste instante, um relevante papel na História deste País e desta República, que é o de lutar, com todas as forças a seu alcance, pela defesa da lei, pela defesa da Constituição Federal. *(Palmas)*. Quero também proclamar, por solicitação do meu eminente amigo, o Senador Lino de Mattos, que, hoje, o Senado da República, quando se propôs que uma Comissão procurasse os militares para um entendimento, reagiu com admirável bravura, aquela mesma bravura que me acostumei a admirar na campanha que realizamos por todos os quadrantes do imenso território da Pátria. Que nos somemos todos, Senhores Deputados, unamo-nos todos, integremo-nos todos, num só espírito e debaixo de uma mesma bandeira em defesa da Democracia brasileira. *(Muito bem. Palmas)*.

O Sr. Arnaldo Cerdeira — Nobre Deputado Almino Afonso. Ouço a Vossa Excelência com aquele encantamento com que Vossa Excelência sempre consegue empolgar esta Casa, quando assoma à tribuna. Mas há pouco ouvi dizer a Vossa Excelência que era uma pena não estar Vossa Excelência aqui em 1937. Eu queria dizer a Vossa Excelência que em 1937 já estava na luta política, já assistia a todo o drama da derrubada do regime. Se Vossa Excelência aqui estivesse nada teria evitado. Mas para que ir tão longe, nobre Deputado Almino Afonso, se podemos buscar depoimentos daqueles que Vossa Excelência hoje citou relativos a 1955, a 11 de novembro, em que estes mesmos homens hoje dizem a Vossa Excelência "com interrogações que significam, que têm a experiência do respeito à lei e para

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

703

isto fomos forçados na contingência daquele momento político a alterar a Constituição e afastar o então Vice-Presidente da República. Agora uma coisa quero afirmar a Vossa Excelência, já com todas essas experiências da vida pública, que môço que vem desde os 18 anos, sempre na oposição, lutando por dias melhores para a nossa terra e conhecendo bem esta Casa: não só os homens desta legislatura, mas os de todas as outras, todos trazemos na formação do nosso idealismo o desejo de defender as leis e a Constituição. Vossa Excelência pode estar tranquilo: aqueles que não se afoitam nas manifestações a Vossa Excelência, como eu, estão tão vigilantes quanto Vossa Excelência na defesa da lei e da Constituição. Há, entretanto, altas investigações a fazer. Os acontecimentos são de ontem e ainda não estão bem esclarecidos, nem a Nação os conhece na sua intensidade. Não sabemos bem, ainda, o que significou essa tese da renúncia. Não sabemos a razão, os motivos, o comprometimento de outros nas razões da esquisita renúncia. Assim, porém, a Vossa Excelência que há de ter todos nós, de todos os Partidos, na defesa da Constituição, na defesa da lei, o apoio natural, porque esta é a formação histórica de cada um de nós. (*Palmas*). Todavia a vontade e a tendência do povo brasileiro não podem ser torcidas. Acima de qualquer lei está a tranquilidade nacional.

O SR. ALMINO AFFONSO — Agradeço a Vossa Excelência.

O Sr. Euzébio Rocha — Senhor Deputado, Vossa Excelência está pondo bem alto o interesse da Pátria e, com rara felicidade, lembrou que a Nação, através dos seus líderes mais categorizados e das instituições de maior autoridade, já se manifestou para afirmar que no Brasil não se admite mais a quebra da norma legal, porque, dentro da Constituição, dentro da

lei, estão os remédios para todas as crises políticas. Vossa Excelência lembrou bem o pronunciamento das Forças Armadas através da ordem do dia onde se afirmou categoricamente que o Exército estava na parada para afirmar a defesa intransigente da Constituição. Constituinte que fui, habituei-me a respeitar a Carta Magna, e habituei-me a ter certeza de que as Forças Armadas neste instante, coerentes com o seu passado, passado que hoje se amadurece, porque a Nação brasileira não está mais naqueles instantes em que crises mundiais nos arrastavam a processos de exceção, vão buscar semelhanças em fatos passados. Senhor Deputado, não há realmente como encontrá-los para a situação presente. O que no presente importa e se exige é que acima dos Partidos esteja a defesa da legalidade, estando com o povo aquele que o povo, elegendo-o, conduz à curul presidencial numa afirmação de maturidade de nossa Pátria. E nem se admite que qualquer crise viesse velar as normas constitucionais. Aceite Vossa Excelência a solidariedade desta Casa, que hoje não negará seu passado e estará presente e vigilante na defesa da Constituição brasileira. (*Palmas*).

O SR. ALMINO AFFONSO — Muito obrigado a Vossa Excelência.

Ouçõ o aparte do nobre Deputado Unirio Machado.

O Sr. Unirio Machado — Querria, antes de Vossa Excelência concluir a brilhante oração que faz, em nome do nosso Partido, trazer nesta hora a manifestação do pensamento político do Rio Grande do Sul. Não poderia aquele Estado vivo e ativo, de tanta tradição nas lutas democráticas do País, deixar de trazer nesta hora a sua solidariedade ao discurso de Vossa Excelência, dizendo que não vê para as crises políticas dentro da ordem institucional democrática outras soluções que não as dadas pela Constituição e pela lei.

Na história e na tradição das lutas do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, altivo, sempre lutou pelo princípio da legalidade e pelo princípio da constitucionalidade.

E, nesta hora, traz, portanto, a Vossa Excelência a sua manifestação dizendo que não vê para a crise política outra solução senão aquela ditada pela Constituição. Ao Presidente da República deverá substituir, nos termos constitucionais, o Vice-Presidente João Goulart. E, por esta razão, nós entendemos que não teria acolhida nesta Casa, não receberia nenhum acolhimento, de qualquer força política do Rio Grande e da Câmara, qualquer tentativa de outra solução, qualquer arremêdo de solução constitucional que arranhasse o regime e ferisse a legalidade, mesmo porque, neste terreno, é muito perigoso. Feito o primeiro arranhão, estabelecido o regime, de instabilidade, não sabemos aonde poderá ir o País. Estamos dispostos, no Rio Grande, a não permitir e não transigir com outra solução que não seja aquela ditada pela Constituição e pela legalidade. (*Palmas prolongadas*).

O SR. ALMINO AFFONSO — Grato a Vossa Excelência.

Senhor Presidente, muito honrado com os apertes que enriqueceram meu discurso e com os pronunciamentos que marcaram...

O Sr. Nelson Carneiro — E que são de toda a Câmara.

O SR. ALMINO AFONSO — ... uma tomada de posição que traduz, como acentuou o nobre Deputado Nelson Carneiro, o pensamento de toda a Câmara dos Deputados, concluiu na tranqüilidade de que a lei será respeitada.

Iniciei, Senhor Presidente, acentuando que era a atoarda que veiculava a notícia de que determinados setores imaginavam ou se dispunham a tramar contra o respeito à Constituição. Não fiz acusações, porque não as faria sem mencionar nomes, fatos, determinando as responsabilidades.

Não as faria, porque, ao invés da atoarda, os pronunciamentos políticos que se têm feito neste País são todos unânimes no respeito integral à Constituição. Não poderia, porém, deixar de lançar este grito de alerta ao povo, aos trabalhadores, aos estudantes, às forças políticas, ao povo todo do País, para que, mais do que nunca, estivessem presentes à luta democrática, fiéis às tradições do nosso povo, assegurando a manutenção da ordem.

O Partido Trabalhista Brasileiro está seguro de que assim será.

O Partido Trabalhista Brasileiro está certo de que o seu Presidente, hoje o Presidente da República, dentro de poucos dias, ao regressar da missão que lhe confiou o Governo brasileiro, assumirá, na confiança do povo e na sustentação da lei, a suprema magistratura do País.

Confiante, entretanto, de que os fatos assim se processarão insisto que melhor será, em qualquer momento, quando sentirem que já o regime democrático não responde às necessidades brasileiras, por mais deformada que seja essa opinião, insisto em dizer que o comportamento dos trabalhistas nesta Casa será o de cair com a Casa, mas de não tolerar, em nenhum momento, qualquer fórmula, qualquer sugestão, qualquer hipótese que não represente precisamente o respeito à norma constitucional, que estabelece que o Vice-Presidente da República é o sucessor em todos os impedimentos e na vacância do Senhor Presidente da República. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas*).

Esta Casa Senhor Presidente, se fôsse fechada, haveria de surgir das cinzas. Se, porém, ela se abastardasse, abriria, sem dúvida alguma, para o povo brasileiro o caminho do desespero e as barricadas se imporiam no lugar das tribunas porque assim será toda vez que as representações populares deixem de representar o povo. Mas esta Casa, por meio das suas

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

705

representações mais legítimas e do aplauso que coroou as declarações dessas representações, há de manter-se fiel às lutas do povo brasileiro, há de respeitar-lhe a soberana vontade, até mesmo porque se não o fizesse perderia a validade a nossa própria representação. *(Muito bem)*.

Concluo, Senhor Presidente, na confiança de que a lei será respeitada, de que a vontade do povo será integralmente mantida, como nas urnas foi expressa, com a posse do Senhor João Goulart na Presidência da República. *(Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado)*.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães* — 1.^o Vice). Comunico ao plenário a convocação de uma sessão extraordinária matutina para amanhã às 10 horas. *(Muito bem. Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Antônio Carlos Magalhães.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES * — Senhor Presidente, Senhores Deputados, quis o destino que todos nós vivêssemos estes momentos difíceis da Nação brasileira, quis o destino que da nossa atitude, nesta Casa — é a minha crença — vá depender a sorte do regime, porque estou convencido de que, se transigência então viesse a ter neste momento grave da vida brasileira, ela transigiria nesta oportunidade, para cair, de vez, daqui a muito pouco tempo. *(Muito bem. Palmas)*.

Evidentemente, devemos todos nós respeito às gloriosas Forças Armadas do País, mas respeitá-las não significa a elas estar submetidos. *(Muito bem, Palmas)*, mesmo porque convencido estou de que um Exército que defende a legalidade não pode desejar que a representação autêntica do povo

brasileiro, que é esta Casa, a ele ou a quaisquer forças armadas esteja submetida.

Senhor Presidente, os tanques, os fuzis, tudo isto, a esta hora, em todo este País está nas ruas, em certamente para a defesa da legalidade, para o cumprimento da Constituição. Fora daí, não há outro caminho. Entendo que esta é a hora de marcar posição. Poderia ficar na comodidade. Mas não entendo assim, porque é um dever de todos os homens de minha geração e que participam deste momento histórico da vida brasileira, dar um pronunciamento, uma definição em defesa das liberdades, em defesa da salvação nesta hora — e todos os pronunciamentos já se fizeram sentir nesta Casa — não há partido que queira enrolar a bandeira da legalidade, não há representante do povo que queira trair este povo atrás de soluções que não sejam de respeito à Constituição. *(Muito bem; palmas)*.

O Sr. Pereira Nunes — Agradeço ao orador a oportunidade que me dá de fazer um comunicado a esta Casa. Acaba de ser suspensa a "Rádio Jornal do Brasil" do Rio de Janeiro e fui informado seguramente, que estão sendo enviados censores para os jornais do Rio de Janeiro. Como se encontra, constitucionalmente, na Presidência da República o Presidente desta Casa, faço um apêlo ao Doutor Ranieri Mazzilli para que mande restabelecer as franquias democráticas, que asseguram a liberdade da "Rádio Jornal do Brasil". *(Palmas)*.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES — O aparte de Vossa Excelência já representa um sintoma muito grave dos dias que começamos a viver. Vem em boa hora, porque esta é a hora de defendermos, quantos representamos o povo brasileiro, as liberdades no Brasil. É muito melhor, cair com honra, do que viver sem ela. É muito melhor, nesta hora, tomar

* Não foi revisto pelo orador.

uma atitude, do que cruzar os braços na indiferença que nos levará, fatalmente, mais hoje ou amanhã, à desgraça total.

Ninguém ignora, somos todos políticos, que muitas fórmulas estão sendo articuladas, mas todos esses articuladores de fórmulas querem a bênção, querem a consagração destas fórmulas exóticas pelo Parlamento brasileiro, tal a certeza que têm de que representamos a vontade do povo brasileiro.

Senhor Presidente, sendo esta a hora de fixar responsabilidades, a nossa atitude deve ser de reagir nesta Casa contra todas as fórmulas. Os formuladores que assumam, perante o presente e, principalmente, perante o futuro, a responsabilidade pelos atos que vão trazer para esta pobre República brasileira. (*Muito bem. Palmas*).

Estamos todos num esgotamento total, estamos todos sentindo que já é hora de se fixar uma atitude máscula nesta Casa. Felizmente, hoje, com o discurso do Deputado Almino Afonso e com os pronunciamentos que se fizeram ouvir durante seu discurso, traçamos o nosso rumo e todo o Brasil já sabe que esta Câmara não consagrará nenhuma fórmula, mas exige o cumprimento da Constituição.

O Sr. Adahil Barreto — Permite o nobre Deputado. Desejava servir-me da oportunidade do magnífico discurso que Vossa Excelência está fazendo para também fixar a minha posição neste episódio, sobre o qual, creio, aliás, não poderia haver dúvida. Como, no episódio Café Filho, com sinceridade e altivez me manifestei contra o impedimento que naquela ocasião se fazia, hoje também ninguém contará com o meu voto para desrespeitar a Constituição. (*Muito bem. Palmas*). Formo ao lado daqueles que defendem, na causa do Senhor João Goulart, a causa da legalidade, a causa do Brasil democrático.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES — Agradeço sinceramente o aparte de Vossa Excelência. Outra coisa ninguém nesta Casa poderia esperar de um homem com a tradição de bem servir à causa pública e ao Brasil, como Vossa Excelência, Deputado Adahil Barreto. E tenha Vossa Excelência a certeza de que os nossos companheiros de partido que procederam, em 1955, daquela maneira, evidentemente hoje não procederão de outra forma, porque jamais, trairão as tradições do nosso glorioso partido.

O Sr. Milton Reis — Senhor Deputado, Vossa Excelência revive, na bela oração que faz, as mais ricas tradições da Bahia. O povo baiano em hora alguma se curvou ante o direito da força. E Vossa Excelência vem afirmar em nome daquele povo que tão bem representa que todos os representantes do povo brasileiro com assento nesta Casa, dos mais variados partidos, estão convencidos e afirmam que preferem cair com este Parlamento a nele permanecer com indignidade. Saibam aqueles que conspiram contra o regime que não há clima para nesta Casa fórmula alguma passar. É necessário o fiel cumprimento da Constituição, como bem assevera Vossa Excelência. O povo brasileiro, na rua, do Amazonas ao Rio Grande, já está, ao que fomos informados, propugnando para que seja cumprida a Constituição.

Assim, felicitando-o quero declarar a Vossa Excelência e à Nação que os representantes do povo preferem sucumbir, preferem cair, preferem perder seus mandatos, preferem qualquer situação do que ferir, rasgar a Constituição brasileira, enxovalhando sua consciência jurídica e seu espírito democrático. Aqui estamos para dizer ao povo que cairemos com ele mas não cairemos perante ele.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e, na humildade do meu pronunciamento, só sinto

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

707

realmente com o meu voto para desrespeitar, pois estou sendo mais do que nunca fiel às tradições da minha terra, fiel à Bahia, que nunca deu outro exemplo senão de defesa da liberdade, principalmente seu grande Governador, que já abandonou uma vez o poder para não compactuar com regimes de forças no Brasil.

O Sr. *Clemens Sampaio* — Nobre Deputado Antônio Carlos Magalhães, Vossa Excelência, com brilho e patriotismo, vem, nesta oportunidade, secundar as afirmações do grande Governador da Bahia General Juracy Magalhães, que, perante a Nação, já definiu sua real posição de defesa das instituições, de luta pela Constituição e pela posse do Presidente da República João Goulart. Vossa Excelência com esse pronunciamento, honra seu passado, honra nossa Bahia, dignifica este Parlamento. Com sua bravura cívica e sua coragem moral, afirma a posição da qual não arredamos o pé, para estarmos ao lado do povo, em favor da democracia e pela grandeza da Pátria. De modo algum colocaremos o Brasil em situação humilhante no cenário internacional. Somos hoje um país emancipado, um país engrandecido, que aparece no concerto das nações como a unidade de um grande povo que evolui, que progride, que trabalha e que sabe o que quer, legitimamente, dentro do regime democrático. Que nos respeitam, que respeitam a Pátria brasileira, aqueles que pensam em fórmulas para destruir, para rasgar nossa Constituição.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. *Armando Carneiro* — Permita-me, Sr. Deputado, muitas vezes nos acontecimentos da História, há o pagamento certo das incoerências. Nesses pagamentos, quando saldo são creditados, temos que voltar um pouco atrás e nos lembrarmos das diversas leis

que esta Casa votou nas horas amargas e nas horas apertadas da sua conjuntura e da conjuntura nacional. Pois bem, Sr. Deputado: nessas horas amargas, fizemos muito almirante de pijama que hoje é Ministro; fizemos muito oficial da praia que hoje é general. Chegamos ao cúmulo, depois de uma luta incessante em momentos tão trágicos como este que envolviam a crise nacional, de fazer com que o Sr. Marechal Odílio Denys fesse um Marechal da ativa. O que quer Sua Excelência agora? Quer que este Congresso se abaixe e vote uma lei para fazê-lo Presidente da República? É impossível, Sr. Deputado. Os moços como os velhos não daremos a Sua Excelência o que quer. Quer uma lei para ser Presidente da República. Quer ser talvez candidato da União Democrática Nacional? Não faremos isto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — Neste ponto Vossa Excelência não tem nenhuma, razão porque não é da tradição de meu partido procedimento desta ordem. Rebusque a História a História que, certamente, os encontrará em outra facção política, que não a nossa.

O Sr. *Armando Carneiro* — Vossa Excelência é diferente da UDN. A UDN de que falo não é de Vossa Excelência, é a outra.

O Sr. *Waldir Simões* — A do Sr. Carlos Lacerda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — Seria irrisório, se não chegasse a ser ridículo, que quiséssemos traçar rumos para as Forças Armadas do País. Não será demais, entretanto, que eu diga, neste instante, que esperamos que as Forças Armadas brasileiras cumpram, como têm cumprido até aqui, os seus deveres para com a legalidade, os seus deveres para com a Pátria. Esperamos, Senhor Presidente, que as Forças Armadas jamais decepcionem o povo brasileiro, que elas mantenham a sua tradição de glórias, que elas

representem o papel relevante que sempre representaram até hoje...

O Sr. José Guimard — Sobre tudo de despreendimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — ... de guardiães da liberdade e, como me aparteia muito bem o nobre colega, que continuem essa tradição de despreendimento que tem sido a sua maior fôrça e a do País.

O Sr. Benjamin Farah — Meu nobre colega, membro da Constituinte de 1946, estou vivendo hoje um dos maiores dias de minha vida, quando vejo um moço como Vossa Excelência assomar à tribuna para defender a Constituição que elaboramos. A voz da Bahia não poderia faltar, precisamente do Estado que deu o maior paladino da liberdade que o Brasil já teve — o grande Rui. Senhor Deputado, não li nenhum pronunciamento do honrado Marechal Denys contra a posse do Senhor João Goulart, o Presidente constitucional do Brasil, que se há de empossar inclusive com o apoio das Forças Armadas. A questão não é militar: é um problema constitucional. O Marechal Denys e os outros chefes militares não precisam viver nenhuma apreensão ou aflição. Eles tem um instrumento, que é a Constituição.

O SR. ARMANDO CARNEIRO — Quem outra lei.

O Sr. Benjamin Farah — O Marechal Denys, que é, sem dúvida, o militar mais forte neste momento, por que é o que comanda maior contingente militar, tem um exemplo nos antepassados, no grande Duque de Caxias, cuja data de nascimento comemoramos ontem; tem o exemplo do Marechal Lott que, em 1955, preferiu entregar o governo ao poder civil. Não acreditamos que o Marechal Denys de grandes serviços prestados ao Brasil, vá manchar sua espada permitindo se conspurque a Constituição. Faço um apêlo a êsse grande soldado: ao retirar-se da vida ativa da

pasta, o faça com o orgulho de ter cumprido seu dever — defender a Constituição da República!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES — A crença de Vossa Excelência, estou certo, é a de todo o povo brasileiro, que nesta hora deposita a sua confiança nas Forças Armadas do Brasil. As ditaduras, sejam elas diretas ou mascaradas, como a do grande Otávio Mangabeira, parecem-se com os flagelos e como êles, são passageiras; só a liberdade é eterna e, só a democracia assegura o reino da liberdade.

Neste momento, Sr. Presidente e Srs. Deputados fiz questão de traduzir o meu pensamento e de dizer que, nas limitações das minhas poucas fôrças, aqui estarei em defesa da legalidade, pelo cumprimento da Constituição, porque prefiro ver a minha carreira política encerrada a trair os ideais que sempre nortearam a minha vida. *(Muito bem; palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).*

Discussão única das emendas do Senado ao Projeto número 3.137-C, de 1957 que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, destinado a auxiliar o Instituto Histórico de Minas Gerais, no desenvolvimento de sua atividade, instalação da sede, aquisição de mobiliário e livros e comemorações do cinqüentenário de sua fundação; tendo pareceres favoráveis das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

Relatores: Senhores Cardoso de Menezes e Mário Beni.

O SR. PRESIDENTE — Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

Encontrando-se na Ordem do Dia, de hoje, sob n.º 31, o Proje-

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

709

to n.º 3.137-C, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, crédito especial destinado a auxiliar o Instituto Histórico de Minas Gerais, solicitamos a ida desse Projeto à Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, pois, tratando-se de matéria financeira não foi ainda àquela Comissão.

Daí o presente pedido de audiência.

Brasília, 26 de julho de 1961. —
Armando Corrêa.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADAUTO CARDOSO — (Para encaminhar a votação) * — Senhor Presidente, cada um de nós tem o dever de contribuir, na medida de sua possibilidade, para que esta Casa se mantenha nesta vigília, matutina, vespertina e noturna, nesta verdadeira sessão permanente, indispensável para que cumpramos o dever constitucional de vigilância e assistência às instituições democráticas.

Esse projeto, Sr. Presidente, é daqueles que abrem ensejo para nos ocuparmos dos temas de mais atualidade, de mais relevância e que podem ferir a sensibilidade da Casa. É o Instituto Histórico de Minas Gerais. Abre-se um crédito miserável, de 150 mil cruzeiros, para o pobre Instituto Histórico de Minas Gerais, a fim de auxiliar o desenvolvimento da sua atividade. Hoje, ao ouvir os oradores que ocuparam a tribuna, ao ouvir os apartes, ou ouvir vozes que evocaram outras sessões, outros transe históricos, outros episódios angustiados da vida pública deste País, eu me recordei de que, realmente, em matéria de História, somos desmemoriados e devemos auxiliar todos os órgãos que se destinem a produzir evocações indispensáveis a que a História preen-

cha aquela sua grande finalidade, de mestra da vida. Falou ainda há pouco o jovem e brilhante Deputado Armando Carneiro sobre as responsabilidades do Congresso na revitalização, na ressurreição das figuras militares cujos nomes ora enchem as páginas da atualidade política do Brasil. E eu me recordava, não desse, que é um dos episódios menores das nossas lutas, dos nossos anos de oposição, no Palácio Tiradentes, quando um pequeno grupo de Deputados — muitos da UDN, todos os do PL e uma ou outra figura de voluntário — se sacrificava aderindo às nossas lutas e sózinhos nos batíamos em defesa da Constituição tantas vezes violada.

A História é mestra da vida. E é pena que homens de tanta responsabilidade, homens tão sensíveis aos fatos políticos não aprendam de uma vez por todas a importância da coerência, o valor da conduta retilínea, a essencialidade de uma filosofia e de um comportamento de observância fiel de uma doutrina política.

Hoje contemplamos este espetáculo de apaixonado apelo ao nosso dever de homens públicos, apelo de tantas vozes que deviam antes cobrir-se das cinzas da penitência.

O Sr. Fernando Ribeiro — Nobre Deputado, estou na angústia. Não sei se Vossa Excelência vai referir-se exatamente ao episódio que ocorreu no antigo Palácio Tiradentes, naquela década de novembro de 1955.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Vou falar, Sr. Deputado, mais como testemunha do que como pedagogo, evocando aqueles episódios a que Vossa Excelência se refere.

O Sr. Armando Carneiro — Mas em termos de coerência, Vossa Excelência precisa retroceder até 1954.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Poderia responder como tantos desses jovens colegas a quem Vossa Excelência interpelou e que deram a resposta do cordeiro da fá-

* Não foi revisto pelo orador.

bula; "Nessa ocasião eu ainda não era nascido". Em 1954, Senhor Deputado, também eu estava nesse estado de inocência a que os outros, aqueles a quem Vossa Excelência interpelou, ine deram resposta.

O Sr. Fernando Ribeiro — Nobre Deputado, permita concluir meu aparte, Vossa Excelência está falando em coerência de atitudes. Realmente hoje fiquei surpreso ao ver tanta incoerência nesta Casa. Tenho comigo a fotocópia da votação nominal de todos os Deputados que votaram o impedimento do Presidente Café Filho e do Presidente Carlos Luz. Dêstes estão ainda na Câmara 82, e muitos deles já se manifestaram contra o pequeno ou grande arranhão, ou o que seja, que se pretende praticar neste momento. Considero isto, nobre Deputado, uma incoerência, uma falta de atitude, inclusive porque verificamos que bancadas inteiras de grandes Estados da União votaram a favor do impedimento do Presidente Café Filho.

O Sr. Pereira da Silva — Não é incoerência...

O Sr. Fernando Ribeiro — Vossa Excelência foi um dos que votaram a favor.

O Sr. Pereira da Silva — Votei e votaria se o episódio se repetisse.

O Sr. Fernando Ribeiro — As hipóteses são semelhantes.

O Sr. Pereira da Silva — Vossa Excelência veio quebrar a seriedade com que apreciávamos este assunto, não defendendo partidos, mas esta Câmara. É lamentável que depois de debates tão brilhantes e tão elevados o nobre colega Adauto Cardoso e Vossa Excelência venham recordar fato que não tem sentido neste momento.

O Sr. Fernando Ribeiro — Os fatos são iguais, são os mesmos. Existe uma inquietação no País e Vossa Excelência está sendo incoerente.

O Sr. Pereira da Silva — Vossa Excelência vem exatamente des-

lustrar o movimento que iniciamos aqui no sentido de preservar a dignidade do Congressista e o respeito à democracia. V. Exa., por conseguinte, foi infeliz em vir perturbar esta brilhante sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Sérgio Magalhães, 1.º Vice) — Atenção: Há um orador na tribuna.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Sr. Presidente, pretendo prosseguir em minhas considerações.

O Sr. Lourival de Almeida — Nobre Deputado, quero dizer a Vossa Excelência que, no episódio Café Filho, integrando a bancada do PSP, votei a favor daquele Presidente. Logo depois tivemos o episódio da cassação do mandato do Deputado Carlos Lacerda, atual Governador da Guanabara. O meu voto foi também contrário. E fiz declarações, quer no primeiro caso, quer no segundo.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Agradeço a V. Exa. e peço ao Senhor Presidente me permita prosseguir, porque não é propósito meu turbar ou desfigurar o belo espetáculo a que esta Casa assistiu no desfile de vozes que se apaixonaram na defesa da integridade da Constituição.

Eu apenas recordava, como testemunha, sem minuciá-los, velhos episódios e lembrava a necessidade de que nós homens de partido, colocássemos acima dos interesses transitórios das nossas agremiações políticas, ou melhor, acima e além das tendências momentâneas de interesse eventuais ou ocasionais, colocássemos sempre a filosofia política a que nós devemos veneração e obediência, no regime democrático que representamos, nas duas Casas legislativas do Congresso, a coerência, para que amanhã todos nós, sem discrepância, possamos reconhecer-nos como irmãos e como companheiros e não olhar-nos, uns aos outros, e identificar, em certas fisionomias, em certas vozes, adventícios que não fizeram penitência, que não

cobriram a cabeça da cinza penitencial a que me referi.

Por mim, em minha situação de Deputado, que pela segunda vez representa o povo da Guanabara, posso dizer que possuo a felicidade de ter erguido a minha voz, sistematicamente, em todas essas conjunturas, em todos esses tranSES, na defesa da Constituição da República.

Em 55 como em 57, nos episódios menos importantes como nos mais graves, eu tenho a humilde satisfação de dizer que Deus me deu forças e lucidez para permanecer fiel ao meu juramento de representante do povo, que é o de defender a Constituição da República. O meu propósito agora, manifestando a minha imutável inabalável...

O Sr. Armando Carneiro — O meu aparte precisa ser oportuno.

O SR. ADAUTO CARDOSO — ... e inabalada decisão de agir na defesa da Constituição da República, é o de apelar para esses eminentes colegas que se vêm agora tangidos como folhas secas no torvelinho dos acontecimentos, lembrar-lhes a necessidade de procederem, em toda essa conjuntura, de maneira invariável...

O Sr. Pereira da Silva — Vossa Excelência não falou assim quando defendeu...

O SR. PRESIDENTE — (Sérgio Magalhães, 1.^o Vice) — A Mesa pede atenção ao nobre Deputado Pereira da Silva, para que não aparteie sem consentimento do orador e fora do microfone.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Srs. Deputados, o meu eminente colega Deputado Pereira da Silva parece não compreender bem a minha posição, parece que quer receber sozinho a carapuça.

O Sr. Pereira da Silva — Teria de deixar o passado de lado.

O Sr. Armando Carneiro — O que queremos é que V. Exa. manifeste a sua posição. V. Exa.

não está defendendo com tanto ardor a questão da Constituição.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Posso assegurar a V. Exa., Senhor Deputado, que, na idade a que cheguei, infelizmente não tenho mais o ardor, nem verbal, nem espiritual, com que V. Exa. fala. Peço a V. Exa. se recorde de que, ainda há pouco, assegurei que minha posição, em face da Constituição da República, é invariável. Lutarei para que ela seja preservada. E, atendendo ao aparte do Deputado Bocayuva Cunha, antes mesmo que me seja dado, digo que quaisquer que sejam os meus sentimentos de patriota, quaisquer que seja os meus temores e apreensões por ver assumir a Presidência um homem como o Sr. João Goulart, minha decisão inabalável é de lutar para que a Constituição seja cumprida, ainda que a República corra os mais graves riscos.

O Sr. Bocayuva Cunha — Queria apenas pedir-lhe permissão para ler a proclamação que acaba de chegar às minhas mãos, dirigida pelo Marechal Lott, por este bravo soldado brasileiro aos seus camaradas das Forças Armadas e ao povo. Nobre Deputado, em face da importância deste documento, peço a V. Exa. a generosidade de me conceder esta oportunidade.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Permita-me ao menos uma explicação. V. Exa. vai inserir no meu discurso a palavra do Marechal Henrique Teixeira Lott: Ora, Vossa Excelência tem a possibilidade de, logo após a minha descida da tribuna, vir à mesma e inscrever no seu discurso a palavra do supradito Marechal, porque ocorre, Senhor Deputado...

O Sr. Bocayuva Cunha — Permita-me V. Exa.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Peço permissão para concluir.

O Sr. Bocayuva Cunha — Vossa Excelência é o dono da palavra.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Sou dono do meu discurso.

O Sr. Bocayuva Cunha — Mas permite-me V. Exa.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Não permito.

O Sr. Bocayuva Cunha — Estranho que V. Exa. use dêste recurso.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Não permito. O discurso é meu.

O SR. PRESIDENTE — (Clélio Lemos, 2.º Vice) — A Mesa pede a colaboração dos Srs. Deputados, encarecendo a todos os nobres colegas que ajudem à Mesa para a boa condução dos trabalhos. O Regimento determina caber ao orador o direito de conceder ou não apartes. De sorte que a Mesa mais uma vez encarece a colaboração preciosa, indispensável de todos os bons e nobres companheiros, para que a Presidência possa conduzir os trabalhos com calma e harmonia especialmente neste instante, quando a Casa deve demonstrar equilíbrio e serenidade na condução dos seus próprios trabalhos.

Continua com a palavra o nobre Deputado Adauto Cardoso.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Prossigo na explicação a V. Exa. e à Casa. É uma disposição regimental e é também dos estilos de todas as Casas parlamentares que o orador, dono de seu discurso tem o direito de fazer com que constem somente aquêles apartes ou aquelas matérias que deseje. Honra-me sobremaneira, Sr. Presidente, que qualquer colega e principalmente o ilustre Deputado Bocayuva Cunha me aparteie. Mas, em matéria de defesa da Constituição, em matéria de sinceridade, de veracidade, eu não posso, vivido como sou, sofrido como sou, permitir que a palavra do Marechal Henrique Teixeira Lott figure no meu discurso. É um direito que ninguém me pode tirar. Esta Casa é um recinto em que cada um tem primeiro, acima de tudo, o direito de falar. Quan-

do se nega um aparte evidentemente não é possível que nenhum orador atropela o discurso alheio e pretenda nêle intervir.

Não reputo a palavra do Marechal Teixeira Lott, em matéria de Constituição, digna de nenhuma consideração. De forma que, na defesa de mandatos, na defesa de direitos, em tudo aquilo em que se exija respeitabilidade, não considero a palavra do Marechal Teixeira Lott como devendo figurar no meu discurso. (Não apoiados).

Defendendo a necessidade de que se cumpra a Constituição e se dê posse aos eleitos, ainda que se fosse o pior dos malfeitores, ainda tratasse do mais grave dos riscos para a República. Vou a este ponto.

Sustentei, em 1964, a necessidade, o dever de se dar posse ao Senhor Juscelino Kubitschek, lutando contra todos aquêles que, por causa de solidariedade do meu campo partidário, entendiam que eu devesse mudar de opinião. Sustentei que se devesse dar posse aos eleitos e ainda hoje o meu ponto de vista não mudou. Por que razão, então, quer alguém levar-me para fora do meu ponto de vista e impor-me o escárnio de ouvir, em matéria dessa natureza, dessa solemnidade, a palavra do Marechal Lott.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho — Permita-me, nobre colega. Infelizmente, não sou mais moço do que V. Exa., de modo que posso intervir no debate com aquela tranquilidade de homem que tem realmente sua certidão de idade bem lembrada. Respeito o ponto de vista de V. Exa. e apelo para os meus colegas para que também respeitem. Gostaria, apenas, a margem dêste episódio, de recordar um acontecimento histórico ocorrido no parlamento inglês. Desilagrada a guerra entre a Inglaterra e a Alemanha os partidários de Churchill achavam que havia oportunidade para increpar a Chamberlain a sua política de acomodação com a Alemanha, que le-

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

713

vara a Inglaterra ao desarmamento e quase à impossibilidade de resistir. Nesse momento levantou-se Churchill e declarou: "Srs. Deputados, há ocasião em que precisamos esquecer o passado para salvar o futuro". (*Muito bem*). Tenho um pouco a impressão de que estamos numa hora dessas e apelo para V. Exa., como para os nossos colegas, para que neste momento pensemos sobretudo no futuro do Brasil. (*Palmas*).

O SR. ADAUTO CARDOSO — Agradeço a V. Exa., Sr. Deputado, a bela reflexão que traz para o meu discurso, e esse exemplo realmente digno de ser seguido.

Proseguindo, então, eu diria à Casa que alguns de nós não teríamos necessidade de vir à tribuna neste momento dar testemunho dos seus propósitos e da sua conduta. Mas é impossível que não se tire disto que hoje ocorre nenhuma lição para o futuro. Não estou fazendo nenhum ajuste de contas. Não mencionarei nomes. Apenas pretendo que a Câmara medite sobre o que está ocorrendo e que não é a primeira vez. Este País tem sido último, em muitas ocasiões. Segundo o testemunho de um aparte terrível do Deputado Tristão da Cunha, a nossa história democrática é uma terrível lição de insuficiência, de pobreza e de miséria no que se refere a concepções políticas, no que se refere a filosofia política, no que se refere à fidelidade dos homens àqueles juramentos que aqui prestam. É isto, apenas isto, do ponto de vista de melhor conduta no futuro, aquilo que pretendo lembrar. Quando desfilavam essas vozes, alguém indagou de mim que sentimentos me assentavam e eu disse: melancolia, porque só quando lhes cai a casa em cima é que se lembram da Constituição.

O Sr. Nestor Duarte — Permita-me que aparteie o seu discurso, arrastado por dois motivos: um, o de reverenciar o nobre Deputado Adauto Cardoso...

O SR. ADAUTO CARDOSO — Muito obrigado.

O Sr. Nestor Duarte — ... e outro, de servir à amizade profunda que tenho a V. Exa.

O SR. ADAUTO CARDOSO — V. Exa. nada mais faz do que retribuir minha amizade.

O Sr. Nestor Duarte — V. Exa. hoje, como em 1955, inspirado pelos mesmos sentimentos, segundo os mesmos imperativos de consciência de homem, público, levanta-se contra o golpe, ainda que no seu acampamento político, como se referiu ainda há pouco, tantos companheiros fossem pelo golpe. De modo que é com admirável coerência que cumpre o mais triste e mais nobre dos heroísmos morais, heroísmo anônimo.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Ouço o Ilustre Presidente da Comissão de Justiça que me vai apartear.

O Sr. Oliveira Brito — Nobre colega, se nesta hora os velhos, falam do passado olhando para o futuro, não poderia eu deixar de trazer também meu testemunho pela nobreza de sentimentos de V. Exa., naquela hora amarga de 1954. Militando em campos opostos, posso dar à Casa meu testemunho de que em nenhuma hora V. Exa. e o Deputado Nestor Duarte, dentre outros, jamais admitiram a hipótese do golpe; mais do que isso, sempre lutaram contra êle. Este o meu depoimento, em homenagem a V. Exa., ao nobre representante pela Bahia e, portanto, à Câmara dos Deputados.

O SR. ADAUTO CARDOSO — Agradeço a V. Exa., caro colega e amigo. O anonimato a que se referiu o Deputado Nestor Duarte e mais meu do que d'êle, porque já foi gozoso. A Oposição não tem estátuas, não dá monumentos e não fica na História. Na História ficam apenas aqueles que têm oportunidade de ascender ao poder. Nesse anonimato a que aludiu o Deputado Nestor Duarte,

ainda me sinto obrigado a fazer justiça à minha bancada de 1955. Todas as forças, todas as tentações, todas as poderosas seduções do golpe desencadearam-se, naquele ano, sobre a bancada da União Democrática Nacional e, por duas vezes, provocada por mim e por outros companheiros, correspondeu ela da maneira mais nítida, ao seu dever de vigilância das instituições democráticas, pronunciando-se contra qualquer atentado a Constituição. Recordo-me bem — é necessário que estas coisas sejam postas de novo nos Anais de tal modo inflacionados que ninguém mais os lê — de que o Sr. Carlos Lacerda, meu prezado amigo e companheiro, de quem hoje divirjo, subiu, pela última vez, em agosto de 1954, à tribuna e fez, com o poder surpreendente de sua inteligência, com sua tremenda potência verbal, a defesa daquilo que chamava de poderes excepcionais para o Governo, a defesa daquilo que todo mundo indentificava como golpe, pura e simples palavra de tão sinistra ressonância para nós. Nessa ocasião, toda a bancada da UDN conservou-se hostil à pregação do grande líder. Toda a bancada da UDN, horas antes, em reunião memorável — ainda estão aqui alguns que participaram do episódio — afirmou, em nota pública, a sua fidelidade à democracia e a sua repulsa a qualquer alteração do mecanismo constitucional. Essa justiça se tem de fazer aos poucos, vagarosamente, com o correr dos dias, a tantos homens que, por tantas horas, em tantas circunstâncias, em tantos debates, sofreram, no Palácio Tiradentes, increpações injustas. Golpistas, chamaram-nos dia 12 de novembro, quando não havia, naquela bancada, senão um golpista. Todos os seus demais integrantes tinham cumprido o seu juramento de defesa das instituições. E hoje sinto redobrada a nossa autoridade para considerar, com melancolia, a renovação dessas angústias, dessas aflições, diante do

despreparo total desta Casa para reagir. Despreparo porque a consciência política da maioria dos homens públicos ainda está desorientada, ainda está ressentida, por causa, exatamente, dessa descontinuidade, dessa incoerência que se estadeia no jogo político deste País. Como poderemos já não digo eu, que considero o fato apenas com melancolia, mas sem ceder, um momento, uma linha das minhas convicções como poderemos nós, os outros, acreditar na sinceridade desses protestos, na firmeza dessas convicções democráticas tão recentes. (*Muito bem*). e que há poucos anos nos traziam de roldão, esmagados pela doutrina dos poderes implícitos, com a qual se arrancou o mandato de um Presidente indefeso? Onde estão as vozes daqueles juristas que se puseram a serviço do arbítrio e da violência em 1954 e 1955? Isto é que é preciso recordar, para estão recentes. (*Muito bem*). E que aprendamos, afinal, que cada um de nós está exposto às mesmas vicissitudes, às mesmas desgraças.

O Sr. Armando Carneiro — Uma dessas vozes está na Presidência da União Democrática Nacional, representada pelo Deputado Herbert Levy.

O SR. ADAUTO CARDOSO — V. Exa. comete uma das mais atrozes injustiças em relação ao nobre Deputado Herbert Levy.

O Sr. Armando Carneiro — Inclusive conclamou as Forças Armadas a da Câmara.

O SR. ADAUTO CARDOSO — V. Exa. ignora que o Deputado Herbert Levy tem dado, na sua vida pública, os mais brilhantes exemplos de fidelidade ao regime democrático. V. Exa. faz a increpação mais injusta e menos digna da sua lucidez e generosidade.

O Sr. Armando Carneiro — Consulte V. Exa. os Anais da Câmara.

O SR. ADAUTO CARDOSO — V. Exa. não encontrará nos Anais da Câmara palavra do Sr. Depu-

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

715

tado Herbert Levy nesse sentido, nesse caminho, nesse propósito.

O Sr. Armando Carmetro — Pe-
diu a intervenção.

O SR. ADAUTO CARDOSO —
V. Exa. saberá — e a sua juven-
tude é que serve de defesa a essa
infundada acusação — V. Exa.
saberá que o Deputado Herbert
Levy é um dos mais dignos repre-
sentantes do Parlamento brasilei-
ro, e que a ele jamais se poderá
increpar êsse pecado de faltar ao
seu juramento e à sua fé demo-
crática. (*Muito bem*).

Srs. Deputados, direi poucas pa-
lavras mais, apenas neste sentido:
nós — e falo em nome daqueles
que, como eu, agradecem a Deus a
felicidade de poder falar assim —
nós, que envelhecemos nesta Casa,
vítimas da violência, do arbitrio e
da ilegalidade, ainda hoje nos
conservamos fiéis à Constituição,
a essa Constituição tantas vezes
conspurcada por falsos apóstolos
que agora a defendem. (*Muito
bem; muito bem. Palmas prolon-
gadas*).

O SR. BOCAYUVA CUNHA —
(*Para encaminhar a votação*) * —
Senhor Presidente, tenho a im-
pressão de que agora conseguirei
ler o apêlo que o Marechal Lott
dirigiu aos seus companheiros das
Forças Armadas e ao povo brasilei-
ro, do seguinte teor:

“Aos meus camaradas das For-
ças Armadas e ao povo brasileiro.

Tomei conhecimento, nesta data,
da decisão do Senhor Ministro da
Guerra, Marechal Odylio Denys,
manifestada ao representante do
Governo do Rio Grande do Sul.
Deputado Rui Ramos no Palácio
do Planalto, em Brasília, de não
permitir que o atual Presidente da
República, Doutor João Goulart,
entre em exercício de suas funções,
e, ainda, de prendê-lo no momen-
to em que pise o Território Nacio-
nal.

Mediante ligação telefônica, ten-
tei demover aquêlê eminente cole-

ga da prática de semelhante vio-
lência, sem obter resultado. Em-
bora afastado das atividades mi-
litares, mantenho compromisso de
honra com a minha classe, com a
minha Pátria e as instituições de-
mocráticas e constitucionais. Por
isso, sinto-me no indeclinável de-
ver de manifestar o meu repúdio
à solução anormal e arbitrária que
se pretende impor à Nação. Den-
tro dessa orientação, conclamo tô-
das as forças vivas do País, às for-
ças da produção e do pensamento,
os estudantes e os intelectuais, os
operários e o povo em geral, para
tomar posição decisiva e enérgica
pelo respeito à Constituição e pre-
servação integral do regime demo-
crático brasileiro, (*Palmas*), cer-
to de que os meus nobres camara-
das das Forças Armadas saberão
porta-se à altura das tradições le-
galistas que marcam a sua histó-
ria nos destinos da Pátria.

Ass. Marechal Henrique Lott”
(*Palmas*).

Senhor Presidente, é lamentável
que, logo após êste manifesto ter
chegado à redação dos principais
jornais do Estado da Guanabara,
lá já se encontrassem censores
fardados. (*Muito bem*).

O SR. WILSON VARGAS * —
Senhor Presidente e Srs. Represen-
tantes, o Deputado Bocayuva
Cunha leu à Casa um pronuncia-
mento daquele que nos acostuma-
mos chamar e reconhecer mare-
chal da Legalidade, o Marechal
Teixeira Lott. Sem dúvida a cri-
se toma novos aspectos, porque já
estamos diante de uma verificação
concreta do resultado da interfe-
rência de uma das mais altas pa-
tentes do Exército Nacional, o Ma-
rechal Teixeira Lott, e encerra um
conteúdo muito grave mais do que
uma ameaça, já existe um início
de atentado às liberdades e às
franquias democráticas e a própria
vigência da Constituição e do re-
gime.

Cheguei hoje do Rio Grande do
Sul. Toda a noite passada estive

* Não foi revisto pelo orador.

* Não foi revisto pelo orador.

acompanhando o desenrolar dos acontecimentos naquele estado da Federação.

Se de um lado assegurada está ali, a ordem pública, por outro lado há uma disposição, há unidade, há um consenso generalizado a favor da manutenção da ordem, da legalidade constitucional e pela posse do Vice-Presidente João Goulart. O próprio General Comandante do Terceiro Exército para tranqüillizar a população rio-grandense e, por certo, de toda a sua região Santa Catarina e Paraná a sua posição e a dos seus comandados, inclusive anunciou que outra não era senão a da garantia da vigência da Constituição em toda sua plenitude. Nada mais fez S. Exa. senão cumprir seu dever elementar, como soldado e como Comandante. Justamente, porque? Porque o Exército foi criado e é pago com o suor e o sacrifício dos brasileiros para guardar a lei e a Constituição e assegurar a tranqüillidade do povo para o trabalho que constrói esta Nação.

As lideranças políticas do Rio Grande do Sul, todas elas se vêm manifestando e, na nobreza do seu gesto soberano superando as divergências políticas.

Hoje ainda li num vespertino pronunciamento do mais terrível adversário talvez que lá temos, o Coronel Walter Perachi Barcelos. Vinha Sua Excelência, homem de brio, dizer que a sua posição era inflexível a favor da ordem, da legalidade e da sucessão normal indicada pela lei.

Hoje ainda soube aqui, sem ter o prazer de ouvir que homem que é inclusive meu inimigo pessoal, o Deputado Fernando Ferrari, disse-me da sua disposição de defender a posse do Presidente João Goulart.

E aqui chegado, conversando com a representação gaúcha de todas as Bancadas, com Hermes Pereira de Souza, com o General Ealmundo Chaves, com Nestor Jost, com Willy Frölich e tantos outros, a manifestação foi a mesma.

Há, portanto, no Rio Grande, uma unidade de vistas. Talvez como em 30, o Rio Grande estará de pé com o Brasil. Os estudantes e os trabalhadores, perfeita e convenientemente mobilizados, se dispõem ao estabelecimento da greve geral se alguém tentar arranhar a normalidade da sucessão que o regime determina.

A Assembléa Legislativa, reunida permanentemente por todas as suas lideranças e por todos os seus representantes, vem de se manifestar nesse sentido e o Governador Leonel Brizola, interpretando os anseios gerais da população rio-grandense, tem dado as demonstrações mais inequívocas de sua disposição de resistir com suas forças, quanto possa, resistir até as últimas consequências para o protesto, para a defesa da Constituição, pela legalidade do regime.

O Rio Grande, que não possui uma força pública, mas que tem nos 12 mil homens de sua gloriosa força militar, com 150 anos de bravura, de civismo e de tradição, da Brigada de Mallet, da brigada de Aparício Borges, que se formou na Guanabara na Campanha do Paraguai, o Rio Grande pode estar desarmado para uma resistência, mas há de resistir com as forças da moral e do civismo, da sua gente e com a dignidade da sua vida pública. (Palmas). Por todo o País recebem-se notícias de semelhante teor. E' da Bahia, e de São Paulo, e de Minas Gerais, por toda parte há essa afirmativa dos Governadores, das Assembléas Legislativas, das classes económicas, das personalidades políticas, dos estudantes, dos trabalhadores, dos sindicatos e do religioso. E daqui e de acolá, nos contactos normais, legítimos, que temos com muitos e muitos chefes militares, a afirmativa é a mesma. E outra não poderia ser mesmo, porque o Exército Nacional, força é reconhecer tem uma tradição que não pode ser desmerecida, a favor da legalidade, da defesa do regime e da Constituição. A constante na his-

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

717

tória do Exército de Caxias não é a mazorca e não é a bacierna; não é a intervenção inadequada e anárquica para perturbar e intranqüilizar a vida e a evolução deste País. É justamente diferente, é uma afirmativa constante na vigília e na defesa das leis, da Constituição e do regime.

Estas razões, Srs. Deputados, o precipitando o meu pronunciamento em face do grave documento que acaba de ser lido perante o Congresso, que entendo se deva debater amplamente o problema e examinar a crise em todos os seus aspectos e clamar para formar o povo, mobilizá-lo para a resistência necessária, legítima, fundamental, à preservação da lei e do regime.

O Sr. Benjamin Farah — Meu caro colega, V. Exa. citou as unidades que estarão presentes nesta grande formatura cívica para a defesa da Constituição Federal. Na qualidade de representante do valioso povo do Estado da Guanabara, posso afirmar a Vossa Excelência, na linha de frente para a mesma defesa, com a mesma bravura que os nossos queridos irmãos de todo o Brasil, lá estará também aquele povo para defender a democracia, para defender a Constituição Federal. Mas como tenho dito aqui, por diversas vezes, não acredito que as Forças Armadas sejam instrumento de manobra contra as instituições. Sempre confiamos nos militares e eles em nós. Neste Parlamento encontram todo apoio de que são dignos. Esperamos que agora saberão cumprir o seu dever. Mas se, por desgraça, os chefes militares se esquecerem dos compromissos que têm diante das instituições, tenho a certeza de que esta Casa há de cair de pé e eu voltarei para minhas atividades anteriores, levando a certeza de que este Parlamento honrou a nossa Pátria e, portanto, será digno da posteridade.

O Sr. José Joffily — Nobre Deputado Wilson Vargas, não vejo razão para que criemos nesta Casa

um clima de velório ou de necrológio. (*Muito bem. Palmas*). Na hora em que um homem da responsabilidade moral, da responsabilidade política e militar do Marechal Henrique Teixeira Lott, levantar a voz para denunciar que há um golpe a vista, já não vejo razão para se classificar os acontecimentos que inquietam a Nação como boatos, como murmuração. Na verdade, trata-se de denúncia feita à Nação, ao mesmo tempo de apelo à capacidade de luta do povo brasileiro. Não vejo outro caminho senão este que V. Exa. está apontando: o caminho da luta e da resistência. E, se, amanhã ou depois, for anunciada a presença do Sr. João Goulart no aeroporto internacional de Brasília, ali deve comparecer a Câmara, sem distinção política ou partidária, para receber o Presidente da República e correr com ele o risco que o destino nos reservar, (*Muito bem*), com a confiança de que o povo brasileiro não vai abandonar a Constituição nem um dos seus autênticos líderes, como é o Dr. João Goulart. Portanto, nobre Deputado, não vejo razões para, neste fim de noite, darmos a esta sessão um clima de capitulação e melancolia. Ao contrário, aqui nos encontramos para robustecer as nossas energias e para lutarmos, unidos, sem nenhuma distinção, em favor da posse do eleito, que é o Dr. João Goulart. (*Palmas*).

O SR. WILSON VARGAS — Muito obrigado a V. Exa. Achamos-nos, diante da gravidade de um problema e do início de um atentado, por assim dizer à ordem constitucional vigente. Se os detentores do poder militar, ao arrepio do pensamento dos seus comandados, levaram este País àquela solução que não as que resultam da execução da Lei Maior, por certo que estaremos em plena guerra civil. Tenho a certeza de que nenhum dos que aqui se encontram fugirá ao seu dever. Este Parlamento não pode ser um parlamento que renegue o seu jura-

mento. Esta Casa não pode ser um curral de castrados: ela há de ser sim, erguida na verticalidade do patriotismo, da honra, do civismo de todos os seus integrantes, para os riscos que o destino e a História nos possa ter reservado para o cumprimento dos compromissos para com o povo e o desempenho do próprio mandato popular. E as responsabilidades não de ser estabelecidas perante a História. Temos fé, no entanto, que a consciência democrática dos responsáveis pelo poder neste País e nesta hora não se deixe envolver e perturbar, que a razão não ceda os caprichos, que a mansidão e a serenidade de espírito não se deixem envenenar e coturbar pelos impulsos, mas que se possa estabelecer o equilíbrio emocional para o exame dos problemas brasileiros, no sentido das soluções convenientes aos interesses da Pátria, que se podem e devem ser encaminhados dentro do regime da lei e da Constituição, com a posse daquele Presidente que, no momento, representa a vontade democrática e legitimamente expressa pelo povo brasileiro — o Senhor João Goulart.

O Congresso — é preciso que o povo saiba, é preciso que as Forças Armadas tomem conhecimento, é preciso que os que detenham o Poder reconheçam, é preciso que todos que têm nesta hora, de certa forma, os olhos e as atenções voltadas para o Brasil saibam — o Congresso Nacional está disposto a permanecer com honra o a cair de pé, pela democracia brasileira. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

Os Srs. que aprovam o requerimento, queiram ficar como estão. (*Pausa*).

Rejeitado.

Discussão única das emendas do Senado ao Projeto número 3.137-C, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito es-

pecial de Cr\$ 150.000,00, destinado a auxiliar o Instituto Histórico de Minas Gerais, no desenvolvimento de sua atividade, instalação da sede, aquisição de mobiliário e livros e comemorações do cinquentenário de sua fundação; tendo pareceres favoráveis das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças. Relatores: Senhores Cardoso de Menezes e Mário Bêni.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, (crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais na instalação de sua sede, aquisição de mobiliário e livros, publicação de Revista, intensificação do intercâmbio cultural com os congêneres do País e do estrangeiro e comemorações do seu cinquentenário de fundação.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores que aprovam, queiram ficar como estão. (*Pausa*).

Aprovado.

Vai à redação final.

Discussão única do Projeto número 4.775-A, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 como auxílio à Província Carmelitana Fluminense, sociedade civil, religiosa de beneficência, educação e assistência social; tendo pareceres da Comissão

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

719

de Educação e Cultura, com substitutivo, e da Comissão de Finanças, favorável ao referido substitutivo. Autor: Senhor Vasco Filho — Relatores: Senhores Yukishigue Tamura e Jaime Araújo.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo gradores inscritos, declaro encerrada a discussão e adiada a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tendo sido oferecidas emendas ao Projeto número 4.775-A, de 1958, em discussão única, volta o mesmo às Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

Ao Projeto n.º 4.775-A, de 1958, sob o número 6 da Ordem do Dia de hoje:

Acrescente-se onde convier:

Artigo ... Fica igualmente extensiva a medida às seguintes obras assistenciais: a) "Casa de Leylá (de auxílio às crianças pobres" do Rio de Janeiro rua Ana Neri, número 2.400) — Cr\$ 2.000.000,00, (dois milhões de cruzeiros) e b) "Associação e Lar da Criança Galeão Consinho", de Jundiaí, Estado de São Paulo, (à Praça Doutor Anastácio, 528) — .. Cr\$ 2.000.000,00, (dois milhões de cruzeiros).

Sala das Sessões, 23 de agosto de 1961. — *Campos Vergal*.

Justificação anexa, que solicito seja publicada conjuntamente com a emenda.

A Casa de Leylá, com sede no Rio de Janeiro à rua Ana Neri número 2.400, é uma instituição de assistência social que tem por finalidade abrigar e educar gratuitamente crianças do sexo feminino, desamparadas e abandonadas.

A instituição foi fundada em 1949. Trata-se de pessoa jurídica, regularmente organizada. Seus estatutos se acham registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas no Livro A-5 sob o número 8.083. Além de registrada no Departamento de Assistência Social anexo

à Secretaria-Geral de Saúde e Assistência, foi a instituição considerada de utilidade pública, por decreto da extinta Câmara de Vereadores do antigo Distrito Federal.

A administração da Casa de Leylá é exercida pela Assembléia-Geral, pela Diretoria eleita periodicamente e pelo Conselho Fiscal. Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não recebem nenhuma remuneração pelos serviços que prestarem no exercício do mandato.

A manutenção e educação das crianças abrigadas é custeada com a contribuição dos sócios e, principalmente, com as doações de pessoas caridosas.

A Casa de Leylá possui prédio próprio, no qual se acham abrigadas as crianças. Infelizmente, o aludido imóvel, muito velho e estragado, carece de urgentes obras de reforma e acréscimos para dar um mínimo de conforto às 62 crianças atualmente abrigadas, e permitir a admissão de outras tantas.

Não dispondo de recursos próprios para atender a tais necessidades imprescindíveis, a Diretoria se vê obrigada a recorrer, pela primeira vez, ao Ilustre Poder Legislativo de nossa Pátria para solicitar sua inclusão na lista das instituições de assistência social beneficiadas com as respectivas verbas de subsídios.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1961. — Pela Diretoria da Casa de Leylá Procurador.

N.º 2

Acrescente-se:

Art. ... E' igualmente extensiva a medida enquadrada no artigo 1.º ao "Grupo da Fraternidade "Irmão Flácut" — filiado à Organização Social Cristã André Luiz", de Pinhal, Estado de São Paulo.

com o quantitativo de
Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de
cruzeiros).

Sala das Sessões, 23 de agosto de
1961. — *Campos Vergal*.

Justificação é constituída pela
carta anexa, que desejo seja pu-
blicada juntamente com a emen-
da.

Pinhal, 19 de julho de 1961.

Exmo. Sr. Dep. Romeu de Cam-
pos Vergal.

Câmara dos Deputados.

Brasília — DF.

Prezado Senhor:

Ref: — Nosso pedido de subven-
ção para compra de um terreno
destinado a construção do "Lar
Para Crianças" e sede própria.

Certos de sermos compreendidos
por V. Exa., servimos-nos da pre-
sente para solicitar do nobre
Deputado, dignar-se ajudar esta
Instituição no seu intento de ad-
quirir um terreno destinado a
construção de sua sede própria, e
também acomodações visando, re-
colher sob seus cuidados, a infân-
cia desvalida e carecente de re-
cursos alimentares, de estado e
principalmente de carinho.

O Grupo da Fraternidade "Ir-
mão Flácus", é uma Instituição fi-
lantrópica, com Diretoria não re-
munerada, que presta serviços in-
teiramente gratuitos e desinter-
sados à coletividade. Nos seus três
anos de existência, vem realizando
semanalmente e de forma conti-
nua, a "Campanha do Quilo", que
consiste no recolhimento nos lares
desta cidade, de contribuições,
principalmente alimentos, e a sua
distribuição a u'a média de 50 fa-
mílias que comprovadamente não
dispõem de recursos para o seu
sustento. Realiza-se ainda, visitas
semanais e domiciliares a enfer-
mos, levando-lhes o conforto de
uma palavra amiga e a assistência
social que for possível. Faz parte de
seus trabalhos, as "aulas de moral

Cristã, que atualmente são minis-
tradas a cerca de 60 crianças. Em
certas ocasiões, essas aulas são
realizadas ao ar livre, por falta de
um prédio adequado.

Senhor Deputado: os Grupos de
Fraternidade espalhados por todo
o Brasil, têm dentro de seus pla-
nos, realizar uma obra gigantesca
no Planalto Goiano, Chapada dos
Veadeiros, a 200 km de Brasília —
A Cidade da Criança — a qual
terá capacidade para recolher cêr-
ca de duas dezenas de milhares de
crianças desamparadas.

Para poder cooperar com uma
obra de tal envergadura, é neces-
sário que esta Instituição lance
firmemente as suas bases, pelo
menos construindo a sua sede pró-
pria.

E' por isso, entre outras coisas,
que endereçamos este apêlo a Vos-
sa Excelência, a fim de que a sua
bondade se manifeste a nosso fa-
vor, destinando-nos uma parte da
verba pessoal de V. Exa., com o
que temos recursos para a com-
pra de um terreno.

Saúde, Paz e Alegria — Grupo
da Fraternidade "Irmão Flácus".
P-Diretoria *Anunciata Cavalheri*,
Secretária.

Acrescente-se onde convier:

Art. ... Conceda-se igualmente
o auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 (dois
milhões de cruzeiros) à "Creche
Ignácio de Loyolla Torres" de Ma-
rília, Est. de São Paulo, para ter-
minar a sua construção.

Sala das Sessões, 23 de julho de
1961. — *Campos Vergal*.

Justificação, anexo.

Junto a planta da Creche Igná-
cio de Loyolla Torres, obra que se-
rá construída por um grupo de
abnegados cidadãos, com o intuito
de amparo à criança pobre.

Visite-a no endereço, Rua Cel.
José Braz, 586 e colabore, também,
para que alguns jovens recebam
alimentos, roupas, medicamentos
e instrução, enquanto suas mães
se dediquem ao ganha pão quoti-
diano.

157.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

721

Esta casa poderá abrigar cento e vinte criancinhas e para a sua realização basta apenas o seu apoio. Toda criança merece abrigo. Para o seu amparo está sendo construída a Creche Ignácio de Loyolla Torres.

A criança é o mundo. Desamparada no presente, será problema no futuro.

A Creche Ignácio de Loyolla Torres, obra em construção, liderada pelo Núcleo Espírita "Amantes da Pobreza" aguarda a sua visita, ou o envio de sua ajuda para o seguinte endereço:

Rua Cel. José Braz n.º 586 — Marília — Estado de São Paulo.

a) onde se diz: —

"... o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 como auxílio à Província Carmelitana Fluminense..."

Diga-se: —

"o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, como auxílio à Província Carmelitana Fluminense..."

b) Acrescente-se onde convier:

1. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 à Escola Paroquial Francisco Telles, de Jundiá, Estado de São Paulo; o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 à Escola Profissional Coração de Maria, de Santos, Estado de São Paulo; o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 ao Asilo Santo Antônio, de São José dos Campos, Estado de São Paulo; e o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 ao Lar das Moças Cegas, de Santos, Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 27 de julho de 1961. — *Antônio Feliciano*.

Acrescente-se:

Artigo:

"Em favor dos cognativos de consumo de Taboeradores, junto

às empresas ferroviárias estatais ou paraestatais. Podem ser consignadas importâncias até o máximo de 70% do salário mensal do associado".

S.S. — 27-7-1961.

Justificativa

É indispensável, para se evitarem normas indispensáveis das cooperativas de consumo de Cacaucultores, que se eleve o limite das consignações por compra de gêneros. A última foi, ao limitar o desconto a 30%, com situação que merece ser corrigida.

Fernando Ferrari.

27-7-1961.

EMENDA N.º 6

Ao projeto n.º 4.775-A-58

As. ... Conceda-se igualmente 6 auxílios de Cr\$ 1.000.000,00. — (um milhão de cruzeiros) para o "Lar das Meninas de Divinópolis" Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, 11-7-61. — *Campos Vergal*.

Justificação

Um tópico do relatório de 1960 esclarece, em boa parte, as justezas e a justiça dessa emenda:

Tudo fizemos para receber as verbas, todas vencidas, mas baldados foram os nossos esforços e dos diletos amigos e benfeitores que as votaram, os Srs. Oscar Dias Correia e Dr. Divino Ramos. Em 1961 apenas nos foi paga a insignificante parcela de Cr\$ 16.250,00 prestação de coisas grandiosas, dentro da atividade puramente material, e si vá economizar ou atrasar justamente mingüadas parcelas, destinadas a ajudar casas beneficentes que abrigam órfãos e velhos doentes e aleijados, os mais infelizes irmãos da comunidade brasileira, mantidos por entidades religiosas e particulares com grande sacrifi-